

**Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo que Conduziu à
Venda e Resolução do Banco Internacional do Funchal (BANIF)**

26.^a Reunião
(18 de maio de 2016)

SUMÁRIO

O Presidente (António Filipe) declarou aberta a reunião às 17 horas e 56 minutos.

Procedeu-se à audição do Dr. Sérgio Figueiredo (Diretor de Informação da TVI e da TVI24), que respondeu às questões formuladas pelos Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD), João Galamba (PS), Eurico Brilhante Dias (PS), Mariana Mortágua (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP).

O Presidente encerrou a reunião eram 21 horas e 52 minutos.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que dou início à reunião.

Eram 17 horas e 56 minutos.

Antes de iniciarmos a audição do Diretor de Informação da TVI, tenho duas informações para dar aos Srs. Deputados.

Ontem, recebi um telefonema do Dr. Vítor Constâncio com o intuito de clarificar o sentido da carta que nos enviou e que foi disponibilizada a todos os Srs. Deputados, porque havia a dúvida sobre o sentido exato daquela missiva e o sentido da comparação que fez com a situação de inquérito ao BES.

Assim sendo, o Dr. Vítor Constâncio transmitiu-me que existe disponibilidade da sua parte para depor por escrito em tudo aquilo que puder depor, ou seja, reitera a posição manifestada pelo Banco Central Europeu no sentido de que, na sua qualidade de Vice-Presidente do BCE, não poderá prestar declarações relativas à atividade desse Banco, estando, todavia, disponível para depor por escrito caso as questões colocadas não digam respeito a essa atividade e forem temporalmente anteriores à sua entrada em funções no BCE.

Como tal, durante a próxima semana, agradecia que os Srs. Deputados preparassem as questões a enviar ao Dr. Vítor Constâncio.

A segunda informação que queria dar tem a ver com o facto de eu ter sido contactado pelo Dr. Gustavo Guimarães, cuja presença aqui foi suscitada enquanto representante da Apollo, que me informou que o responsável pela Apollo nos poderia prestar todas as informações. Trata-se de um senhor chamado Gernot Lohr, que se encontra em Londres mas que está disponível para depor perante esta Comissão, sem que o Dr. Gustavo Guimarães se exima de o fazer também.

Creio que o melhor procedimento seria convocar ambos, ou seja, convidaríamos o Sr. Gernot Lohr, que vive em Londres, para, tendo disponibilidade, deslocar-se a esta Comissão e, em caso afirmativo, tomaríamos medidas para garantir a tradução da audição, e convocaríamos, de igual modo, para a mesma reunião o Dr. Gustavo Guimarães. Pelo menos um deles, se não os dois, prestará o seu depoimento. Portanto, se o Sr. Gernot Lohr não vier, vem o Dr. Gustavo Guimarães, porque ele também assinou documentação enquanto representante da Apollo.

Srs. Deputados, eram estas as duas informações que tinha a dar.

Relativamente à audição da Rentipar, informo que, na próxima semana, ela será representada pelo Dr. Fernando Inverno perante esta Comissão.

Vamos, então, fazer uma breve pausa, para permitir a entrada na sala do Dr. Sérgio Figueiredo.

Pausa.

Srs. Deputados, retomando os nossos trabalhos, vamos proceder à audição do Dr. Sérgio Figueiredo, Diretor de Informação da TVI, a quem dou as boas vindas e agradeço a disponibilidade para colaborar com os trabalhos desta Comissão.

Como o Dr. Sérgio Figueiredo está suficientemente familiarizado com a metodologia das comissões de inquérito, não preciso de o elucidar sobre nada.

Fui informado de que o Dr. Sérgio Figueiredo não tenciona fazer uma intervenção inicial. Sendo assim, passaremos, de imediato, às questões que os Srs. Deputados entendam dever suscitar pela ordem que está convencionada, cabendo hoje ao PSD colocar o primeiro grupo de questões.

Para esse efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Sérgio Figueiredo e todos os jornalistas que o acompanham.

A minha primeira pergunta é a seguinte: quem é que recebeu a notícia na TVI no dia 13 de dezembro? Quando e por quem é que esta notícia foi recebida?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo** (Diretor de Informação da TVI e da TVI24): — A questão é: de onde surge a notícia? Onde e quando? A notícia surge, em primeiro lugar, de um caso que andava a ser investigado há muito tempo, julgo, por todas as redações deste País, e andava a ser investigado sobretudo a partir do momento em que o atual Primeiro-Ministro denunciou, numa entrevista à TVI, em outubro, salvo erro, que uma surpresa muito grave estaria por rebentar, referindo-se a algo que ele próprio só descobriu numa das várias reuniões que foram realizadas para a formação da nova maioria parlamentar após as eleições legislativas. Esse facto, ao que tudo indicava, ter-lhe-ia sido comunicado pelo seu antecessor. E, logo nessa entrevista, o jornalista Pedro Pinto, que era quem a estava a conduzir, perguntou-lhe se era o BANIF.

Portanto, não havia propriamente um mistério relativamente à situação do Banco, pois ela era conhecida há muito tempo. E nós só obtivemos a resposta no dia seguinte e foi pela boca da então Ministra das Finanças, que esclareceu, de facto, que era do BANIF que o Dr. António Costa falava e, aliás, com uma certa displicência, diga-se, até acrescentou que não era novidade para ninguém e que a situação em que a instituição se encontrava era sobejamente conhecida.

Este era o ambiente que se vivia antes do domingo, dia 13.

Na sexta-feira anterior, recordo que a CMVM obrigou o BANIF a prestar esclarecimentos relativamente a uma notícia, que julgo que foi dada

pelo jornal *Público*, em que, em comunicado, a administração do Dr. José Tomé – e isto foi em 11 de dezembro, sexta-feira – disse qualquer coisa como: o número de notícias que têm sido recentemente divulgadas na comunicação social – e por causa dessas mesmas notícias –, sem referência concreta às respetivas fontes, estará na origem de elevada volatilidade que as ações do BANIF tem registado.

Nessa noite, houve várias fontes anónimas que fizeram chegar informação sobre o BANIF. Várias!

Mas, de facto, na noite de domingo, desse dia 13 de dezembro, recebi contactos da minha Redação avisando-me que estava confirmado, através de fontes fundamentalmente documentais, que a resolução do BANIF iria ser desencadeada na semana seguinte.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Pode dizer-nos exatamente quem é que teve esses contactos consigo?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Foram jornalistas meus que sabiam que as autoridades portuguesas, de forma a evitar que as regras que iriam ser implementadas no âmbito do novo quadro de regulação europeu, imposto a partir do dia 1 de janeiro de 2016, tinham um prazo para fazer ou a venda ou a resolução.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — O Dr. Sérgio Figueiredo estava a trabalhar no domingo, dia 13?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, estava em casa.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas esteve sempre em contacto com a Redação?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Estive em contacto com a Redação.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Ou seja, quando a notícia foi fixada no rodapé, ou *ticker*, como se chama, foi decisão sua?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Evidentemente. Ninguém imagina que uma notícia com esta relevância pudesse ser divulgada sem o conhecimento prévio, o consentimento e a autorização da direção de informação, como é evidente. E, desse ponto de vista, a partir desse momento, isso transforma-me no primeiro e único responsável pela notícia que foi divulgada.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas com certeza que, em momento anterior à publicação dessa notícia em rodapé, contactou com as partes interessadas.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Foram feitos contactos antes, durante e depois de a notícia ser divulgada, como sempre acontece.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Podemos saber com quem?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Com várias fontes, várias pessoas...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não falo das fontes; falo das partes interessadas, designadamente o BANIF, o Banco de Portugal, o Ministério das Finanças.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Que poderiam ser fontes, sim.

Relativamente às partes interessadas, como digo, não fui eu que conduzi o processo de formação da notícia, mas posso garantir que foram cumpridas todas as regras e os requisitos, nomeadamente o primeiro que é o da primeira veracidade da informação.

Sobre o confronto das partes interessadas, posso revelar que, no processo de elaboração e de apuramento da notícia, como sempre acontece – nem todas as informações que nos fazem chegar, neste caso em *off*, são usadas –, houve uma triagem. Havia partes interessadas que garantiam que a resolução não iria acontecer, que contraditavam não só aquilo que sabíamos, como aquilo que podíamos provar através de documentos, os quais tínhamos na nossa posse e que mais tarde, ao que julgo saber, chegaram a ser entregues aqui nesta Comissão.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Repito: o BANIF foi contactado?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Foi. O Dr. Jorge Tomé foi contactado.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Foi contactado pela TVI? É que o Dr. Jorge Tomé disse-nos aqui que não foi contactado pela TVI, mas que foi ele próprio que tomou a iniciativa de contactar a TVI, o que não é exatamente a mesma coisa.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não sei quem é que pegou no telefone primeiro, mas sei que ele...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Independentemente de quem tenha pegado no telefone primeiro, o contacto teria sido feito sempre após a

publicação, em rodapé, da notícia e não previamente, conforme seriam as boas práticas.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Está o Sr. Deputado a dizer que...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Estou a dizer aquilo que disse o Dr. Jorge Tomé aqui nesta Comissão.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Relativamente às boas práticas, a primeira meia hora em que a notícia circulou em rodapé foi objeto de atualização e nenhuma dessa atualização beneficiou da informação que o Dr. Jorge Tomé possa ter dado.

Se me está a perguntar se foi ele a fonte, isso parece-me...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não lhe estou a perguntar quem foi a fonte; só lhe estou a perguntar se tentou corroborar a notícia com as partes interessadas, e não com as fontes, previamente à sua publicação.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Vou explicar melhor.

Julgo, pela resposta que o Dr. Jorge Tomé deu – e não sei se ele foi contactado antes ou não, mas, se ele diz que não, não tenho qualquer razão para duvidar –, que ele não estava na posse de uma decisão que definitivamente não estava nas suas mãos. Ele foi informado pela TVI de que havia uma medida de resolução que estava decidida e que iria avançar.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — O Banco de Portugal foi contactado?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Foram contactadas as partes interessadas, antes, durante e depois.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, o Banco de Portugal foi contactado.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — As partes interessadas foram contactadas, antes, durante e depois. Não sei exatamente a sequência, não estava na Redação...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas sabe quem é que contactou e quando o Banco de Portugal?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Se sei quem é que contactou? Posso dar mais detalhe sobre o processo de tratamento da notícia.

Nos domingos à noite, como deve imaginar, os horários são particularmente ingratos na Redação de uma televisão, que trabalha sete dias por semana e 24 horas por dia – aliás, é talvez o período da vida da televisão em que a capacidade de resposta é mais frágil.

Sabendo disso, e na impossibilidade de me deslocar, por razões pessoais, à Redação – porque normalmente é o que faço, em situações absolutamente extraordinárias, como era o caso –, pedi que pessoas que não estavam na Redação pudessem, pelo menos, fazer contactos e apoiar os colegas que estavam no turno a editar os serviços noticiosos daquela noite, através de contactos vários.

Por uma feliz coincidência, o nosso comentador de assuntos económicos estava presente nas instalações da TVI, por razões não profissionais, incluindo as deste caso BANIF. Posso revelar – sei que ele também vai ser ouvido aqui – que se trata do Dr. António Costa. Aliás, ele

tinha-me desafiado a ir com ele assistir a um concerto de um grupo *rock*, num espaço novo que criámos de divulgação da música portuguesa, que estava a acontecer naquela noite em direto.

E eu, sabendo que ele lá estava, pedi-lhe para ele ir também em socorro da Redação, dada a experiência que tem. Conheço o António Costa há mais de 20 anos, foi meu jornalista no *Diário Económico* e, mais tarde, acabou ele próprio por também dirigir o jornal. Ele foi um apoio muito importante que tivemos nessa noite, aliás, julgo que ele próprio falou com o Dr. Jorge Tomé – e não estou a revelar nada que o Dr. Jorge Tomé já não tenha dito aqui.

Ora, esse processo de apuramento da informação permitiu que, à meia-noite, quando abrimos o nosso espaço noticioso, a *25.ª Hora*, a informação tivesse sido consolidada e confirmada com todas as partes interessadas. Essa informação, aliás, estava correta, tão correta que nós voltámos a repeti-la no dia seguinte e não chegou a ser desmentida por nenhuma entidade oficial, a não ser, salvo erro, pelo comunicado do próprio conselho de administração do BANIF, que, uma vez mais, manifestava desconhecimento sobre aquilo que as autoridades portuguesas e, eventualmente, europeias já tinham decidido sobre a sorte do Banco.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Já lá vamos, à confirmação ou não da notícia, ou à veracidade ou não da notícia.

A minha pergunta, agora, é a seguinte: o Dr. António Costa é jornalista da TVI ou é comentador da TVI?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — O Dr. António Costa é colaborador da TVI.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas não é jornalista da TVI?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, não tem vínculo, não pertence aos quadros da TVI.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, a tal confirmação, pelo menos, com o BANIF, foi feita pelo Dr. António Costa.

Quem confirmou com o Banco de Portugal?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Ninguém confirmou a informação com o BANIF. O BANIF, como digo, desmentia uma informação, uma notícia que ele próprio...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sim, mas desmentir significa que terá havido um esforço, embora após a publicação da notícia, para tentar corroborar essa notícia.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — O processo de formação da notícia tem um responsável máximo que é o diretor de informação.

Posso dar-lhe os nomes das pessoas, porque são públicos, estão na ficha técnica, que estavam a editar o espaço de informação, nomeadamente um jornal, à meia-noite, porque na noite de domingo estava a passar um programa de debate desportivo.

Posso também dizer-lhe que as pessoas que foram envolvidas no processo de obtenção de mais informação e de acrescento de informação, que foi, como digo, feita ao longo dessa noite, foram os meus coordenadores diretos, os meus editores com a ajuda de um colaborador externo da TVI, a quem pedi ajuda, em quem me apoiei para fazer o enquadramento que ele próprio depois comentou nesse jornal.

Portanto, se me pede para dizer exatamente quem falou com quem, não estou nem em condições de o fazer, porque não estava presente na

Redação, e, mesmo que estivesse, não vejo qual é a utilidade que tem, a não ser saber quem são os profissionais da TVI que fazem a informação que nos traz aqui hoje e que, presumo, levou à minha convocatória.

Portanto, como respondo pela equipa, para todos os efeitos, sou eu.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — A utilidade – e foi a isso que chamei as regras do jornalismo – é que elas constam do artigo 11.º do Estatuto do Jornalista, designadamente quando se diz que as notícias devem ser corroboradas, que o jornalista deve procurar corroborar as informações que lhe chegam através da fontes.

Nesse sentido é que queria saber se previamente à publicação da notícia em rodapé foram ou não contactados o BANIF, o Ministério das Finanças e o Banco de Portugal.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — A TVI tinha em sua posse informação suficiente, credível e verdadeira que lhe permitia avançar com a informação que avançou.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sem necessidade de corroborar com outras fontes, designadamente com as partes interessadas?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Esse trabalho foi feito antes, durante e depois.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E é essa exatamente a minha pergunta: quando é que foi feito, designadamente com o Ministério das Finanças e com o Banco de Portugal? É que, com o BANIF, já percebemos que só foi feito depois.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — O Ministério das Finanças, o Banco de Portugal, o BANIF, a CMVM foram entidades que, antes, durante e depois – e estou a falar do rodapé, do famoso rodapé –, foram contactadas por profissionais da TVI e por um colaborador que estava a ajudar-nos no reforço da equipa durante essa noite.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Tem noção de que os representantes dessas entidades que citou estiveram aqui, nesta Comissão de Inquérito, e que nenhum deles afirmou ter sido contactado pela TVI previamente à publicação desta notícia, muito pelo contrário, desmentiram-no?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — As fontes são anónimas. São fontes...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não estou a perguntar pelas fontes! Valha-me Deus! Estou a perguntar pela corroboração da notícia, não lhe estou a perguntar quem é que lhe deu a notícia!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — A confirmação oficial, o porta-voz, ou o Sr. Governador, o Sr. Ministro das Finanças... Está a perguntar-me se essas pessoas foram...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Estou a perguntar-lhe aquilo que o artigo 14.º designa por «partes interessadas». Isto é: «(...) procurar e ouvir as partes com interesses atendíveis nos casos de que se ocupem», isto de acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 14.º.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Eu conheço o Estatuto do Jornalista.

É o mesmo Estatuto que também tenho aqui impresso e ao qual poderei ter de recorrer daqui a pouco, porque imagino que já foi pública e notória a vontade de os Srs. Deputados saberem quem foram as fontes. Não está a colocar-me agora a questão, mas já tornou público que queria fazê-lo.

Deixe-me dizer-lhe o seguinte: quando eu tenho uma carta de um Governador para um Ministro das Finanças, datada do dia anterior à notícia e que avança com a medida de resolução, eu, enquanto Diretor de Informação da TVI, considero que essa informação é uma peça importante para juntar a várias outras, que foram recolhidas por várias fontes de informação, para poder avançar com segurança a notícia que a TVI divulgou nessa noite.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas, então, em relação à pergunta que lhe estou a fazer, não foram comprovados os factos?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Os factos foram comprovados até pela realidade e pela história.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não, essa é uma comprovação *a posteriori*, que é sempre um exercício de prognose que não deve ser feito, julgo, nem no jornalismo nem, se quer que lhe diga, em parte alguma da vida.

O que lhe estou a perguntar é previamente à publicação. Previamente à publicação não foi nada corroborado – esta é a conclusão a que temos de chegar. As partes atendíveis não foram ouvidas!

Vamos, então, à veracidade da notícia.

Considera que a notícia que foi publicada no rodapé, como ainda agora acabou de dizer, foi confirmada pela realidade. No entanto, há um comunicado da própria direção da TVI em que pede desculpa, dado que a notícia, que foi sendo corrigida ao longo da noite – e não foi só na primeira

meia-hora; foi corrigida desde o primeiro minuto em que foi publicada, às 22 horas e 18 minutos, até ao último, às 23 horas e 34 minutos – ao longo de 1 hora e 30 minutos –, além de não ter sido corroborada tem uma parte que é falsa. Confirma isso?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — O famoso rodapé a que se está a referir, na sua versão original, posto a circular a partir das 22 horas e 18 minutos – e, Sr. Presidente, por acaso, eu trouxe uma cópia da evolução desse rodapé, porque, muitas vezes, sobre um rodapé tenho visto afirmações que, pelos vistos, de memória seguramente, são afirmações que não correspondem à verdade, cópia esta que peço, Sr. Presidente, seja posta a circular.

Como repito, esse rodapé continha, nomeadamente duas afirmações: uma que era uma possibilidade em aberto e outra que era um cenário possível face à legislação vigente, mas que foi, digamos, neutralizado por uma decisão política, que, pelos vistos, já estava tomada.

Estou a falar concretamente das seguintes frases: uma, «Os ativos bons do BANIF integrados na Caixa Geral de Depósitos»; outra, «Vai haver perdas para os acionistas e depositantes acima dos 100 000 euros».

Os contactos que continuaram a ser feitos durante essa noite permitiram à TVI apurar que o mecanismo previsto no Fundo de Garantia de Depósitos não iria ser acionado, como normalmente aconteceria numa situação de insolvência, porque havia a tal decisão política do Governo no sentido de transferir para os contribuintes os custos a suportar – aliás, acabou por ser o próprio Sr. Primeiro-Ministro a confirmar essa decisão.

E esta correção, digamos assim, essa atualização foi feita às 22 horas e 35 minutos, ou seja, 17 minutos depois de a notícia começar a correr, em que se fazia só referência às perdas para os acionistas, que infelizmente

vieram a acontecer, nomeadamente no que toca ao Estado que detinha 60% do capital.

Quanto à solução da Caixa Geral de Depósitos, que, como sabem, era o cenário preferido pelo Governo – o próprio Sr. Ministro das Finanças já o disse várias vezes, nomeadamente numa reunião da Comissão de Orçamento durante essa semana –, Bruxelas não deixou.

Quando a notícia foi lançada, a TVI não sabia desse impedimento, o que também não é absolutamente surpreendente, uma vez que o *e-mail* da DG Comp para o Governo, em que não é autorizada esta solução proposta pelo Governo, tinha cinco dias. Mas não eram conhecidos, nem a não autorização nem o cenário, porque não havia notícias sobre esta solução e sobre esta hipótese.

Também ao longo da noite, nos tais contactos que o Sr. Deputado me pergunta se foram feitos ou não, foi possível perceber que Bruxelas tinha colocado impedimentos e isso foi corrigido, pelo que às 23 horas e 6 minutos, o que é afirmado em rodapé e que sustenta, depois, a peça autónoma com o comentário, como já referi há pouco, do nosso colaborador, António Costa, tinha quatro componentes, que eram: a TVI apurou que está tudo preparado para a resolução do Banco; está em estudo recorrer à Caixa Geral de Depósitos; vai haver perdas para os acionistas; e os depositantes estão salvaguardados mesmo acima dos 100 000 €

Esta é a base da informação que faz com que o jornal da meia-noite abra exatamente com estas quatro componentes. E se há alguma coisa de que verdadeiramente me arrependo – à qual, porém, não é alheio o facto de estarmos naquelas circunstâncias de que já falei, de trabalho bastante precário, porque se fosse um dia de semana provavelmente a história teria sido diferente... – foi de não ter interrompido a emissão desportiva e ter aberto um especial de informação para que aquilo que a estação estava a

passar não se limitasse a frases telegráficas e que poderiam levar a entendimentos que aí sim...

Aliás, o pedido de desculpas não foi por uma notícia que estava errada; foi por termos feito algo que permitia tirar interpretações de que o Banco iria fechar no dia a seguir, coisa que nunca escrevemos nem dissemos, e que a Direção de Informação da TVI publicou esse comunicado por um ato de boa-fé. Se não o fizéssemos, não sei se alguém o cobraria, mas o que indicia é que, ao contrário do que já vi e que li do que nos foi atribuído, não estávamos nem de má-fé, nem com dolo, nem sequer com uma atitude premeditada de provocar danos e perdas, porque foi um ato de responsabilidade, foi algo que ponderámos se fazíamos ou não e, naquele ambiente que vimos de depositantes a quererem salvar o seu dinheiro, achámos por bem fazer um comunicado que, como digo, foi um ato de boa-fé e contrário à tal premeditação e de má vontade que nos têm vindo a ser assacados.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Eu não sei de quem está a falar, mas deixe-me dizer-lhe que uma coisa são cenários que se podem colocar em sede de comentário ou em sede adequada; outra coisa são rodapés ou *tickers* que passam com informações que são absolutamente assertivas, nomeadamente: «BANIF: a TVI apurou que tudo está preparado para o fecho do Banco».

Que interpretação razoável é que um intérprete normal, diligente e capaz pode tirar desta informação? A informação de que ou o Banco vai fechar no dia seguinte ou nos dias imediatamente a seguir. Isto é passado durante um programa de futebol onde o público *target* não é propriamente o público especializado.

Depois, a notícia sofre sete atualizações. Então, a ideia que dá – e era isso que queria que me confirmasse – é que a notícia foi posta não com premeditação, como disse, mas até com uma ligeireza absolutamente

desajustada da dimensão desta mesma notícia, e que foi sendo tentado corroborar ou confirmar à medida que o tempo ia passando e daí as sete atualizações.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Eu não me revejo nem nos adjetivos nem nas qualificações que me faz, a mim e à minha equipa, e aceito ter uma discussão semântica, que é isso que me permite a sua questão...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Vai desculpar-me, mas aqui não nos interessa a discussão semântica...

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — É semântica, sim, porque...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — O que nos interessa aqui são os factos.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Certo, mas leu frases concretas e eu vou dizer-lhe o que levou não só à afirmação, como, depois, à sua posterior correção, porque, às vezes, perdemos a noção de que falamos connosco próprios.

A televisão tem um problema grave, é que precisa de descodificar, e a resolução de um banco não é propriamente uma coisa que seja também perceptível ao comum dos cidadãos. E não estou a aligeirar quaisquer responsabilidades, espero que cada um, aqui, assuma as suas, mas o facto é que o Banco fechou. Pode querer dizer o que quiser, mas o Banco fechou... O BES foi objeto de uma resolução e fechou! O BPN foi objeto de uma resolução e fechou!

A questão do fecho não era para criar alarmismo, porque se fosse ele continuaria como estava e, por isso, foi corrigido. Mesmo assim, nós entendemos que deveríamos corrigir...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Ou não corrigiu – peço desculpa pela interjeição – pela notícia ser falsa.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Mas a notícia não era falsa.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mantém que a notícia não era falsa e mantém que o comunicado de 15 de dezembro não pede desculpa exatamente por a notícia ser falsa.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, mas isso não é, sequer, objeto de opinião e de conversa; o comunicado está publicado, podemos relê-lo de uma ponta a outra aqui. Não é preciso fazer teorias sobre isso nem estar a fazer grandes debates acerca de uma coisa que está publicada, que está provada, que não foi alterada e, se quiser, também trouxe o comunicado e posso distribuir para retermos.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Nem sequer a ideia que, e vou reler: «A parte boa vai para a Caixa Geral de Depósitos. Vai haver perdas para os acionistas e depositantes acima dos 100 000 euros e muitos despedimentos». Nem sequer esta parte é falsa?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Muitos despedimentos, infelizmente, vai haver...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — A parta da Caixa Geral de Depósitos não, que era um cenário que estava a ser equacionado? Ou seja, equipara um cenário a uma notícia a correr em rodapé e diz que isto não é ligeireza!?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — A informação que tínhamos é que o Governo tinha proposto esta solução...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas quer o Governo que está em funções, quer o anterior, colocou imensos cenários em cima da mesa,...

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — É verdade.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — ... mas não foram todos publicados em rodapé de nenhuma outra televisão.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Mas este cenário estava em aberto até cinco dias antes, nunca tinha sido noticiado e era o que nós tínhamos em cima da mesa.

Agora, não me parece que seja essa a informação da Caixa Geral de Depósitos que tenha provocado aquilo que tenho visto como uma fuga aos depósitos. Não me parece que tenha sido por aí que essa solução é que tenha assustado as pessoas.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Provavelmente foi o fecho do Banco, digo eu.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sobre a questão dos depósitos, no que tem a ver com os depositantes acima dos 100 000 euros, o cenário que tínhamos de *bail in* a partir do dia 1 de janeiro era esse.

A legislação em vigor do Fundo de Garantia de Depósitos, que bem conhecem, garante depósitos até 100 000 euros. A interpretação que foi feita dos documentos que a TVI tinha em nada indicava que havia uma decisão contrária à aplicação da legislação em vigor. Foi só por isso que essa informação foi dada e foi por isso que essa informação foi corrigida e foi contrariada, acabando, precisamente, com uma afirmação contrária.

O Banco não estava em atividade, os balcões não estavam abertos, os mercados estavam fechados e nós corrigimos a notícia de imediato. Portanto, quando os balcões abriram às 8 horas da manhã, a informação estava correta e as autoridades não tomaram nenhuma iniciativa no sentido de prevenir o tal pânico.

No dia imediato, de facto, saíram 200 milhões de euros de depósitos, mais coisa, menos coisa ...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Saíram cerca de 1000 milhões de euros nos dias imediatamente subsequentes.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — É verdade, mas sobre isso também quero referir o seguinte: saíram 200 milhões de euros na segunda-feira. Nesse mesmo dia, o Ministério das Finanças publica um esclarecimento e, no dia a seguir, o Banco de Portugal publica um esclarecimento. Portanto...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Nenhum deles corrobora a notícia?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Nem a desmente.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não é bem assim! Essa é a sua opinião!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Também tenho essa informação; não é opinião.

Se me permite – e está em letra pequena, mas consigo ler – vou ler o comunicado de 14 de dezembro do Ministério das Finanças, que refere o seguinte: «O plano de reestruturação do BANIF, tal como é do conhecimento público, está a ser analisado pela DG Comp. Paralelamente, decorre um processo de venda do Banco nos mercados internacionais, conduzido pelo seu conselho de administração. O Governo acompanha, como lhe compete, a evolução destes processos, garantindo a confiança no sistema financeiro, a plena proteção dos depositantes, as condições de financiamento da economia e a melhor proteção dos contribuintes.»

Se o Sr. Deputado vê aqui um desmentido, eu não consigo.

No comunicado do Banco de Portugal...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Deixe-me só dizer-lhe que, por exemplo, o Presidente da CMVM disse, nesta Comissão, que não atuou porque a notícia tinha sido desmentida quer pelo Ministério das Finanças, quer pelo Banco de Portugal e ambas as entidades também o disseram aqui.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Eu limitei-me a ler; cada um faz a interpretação que quer. Eu sei o que é um comunicado com um desmentido e trouxe vários, quer do Ministério das Finanças, quer do Banco de Portugal, relativamente ao BANIF.

Portanto, se vê aqui um desmentido, eu peço desculpa, mas não consigo ver e, pelos vistos, os depositantes também não viram. Os

depositantes também não viram, porque se tivesse havido um desmentido da notícia, a tal «sangria» de que fala tinha sido travada logo no dia a seguir. E tal como...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas o pânico já estava lançado!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Está bem, mas se a notícia...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — A notícia da TVI lançou o pânico e provocou a fuga de mais de 1000 milhões de euros de depósitos, entre outras consequências.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sabe o que provocou a fuga de 1000 milhões de euros depósitos? Já agora, eram 900, não eram 1000, mas...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Tenho aqui um documento onde se diz que é 1030 e é um documento, até, do Santander.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Está bem. Mas a saída de depósitos não começou nessa notícia, já havia antes...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — A saída entre segunda-feira e sexta-feira.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, já tinham saído 300 milhões antes.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Estas contas que lhe estou a fazer é entre segunda-feira, dia 14, e sexta-feira, dia 18.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Eu também tenho esse documento, mas, se me deixar acabar, talvez consiga ouvir-me.

O comunicado do Banco de Portugal na terça-feira, dois dias depois da notícia ou um dia e meio, diz: «O Banco de Portugal, em articulação com o Ministério das Finanças, está a acompanhar a situação do BANIF, garantindo, como é da sua competência, a estabilidade do sistema financeiro, bem como a segurança dos depósitos. Tal como foi revelado pelas autoridades nacionais europeias e pelo conselho de administração do BANIF, o plano de reestruturação do BANIF está a ser analisado pela Comissão Europeia e em paralelo está a decorrer um processo de venda internacional da instituição financeira, conduzida pelo conselho de administração. O Banco de Portugal está a atuar dentro dos seus poderes e competências enquanto autoridade integrada num Mecanismo Único de Supervisão europeu». Se o Sr. Deputado vê nisto um desmentido, posso ler-lhe vários desmentidos que o Banco de Portugal faz sobre o BANIF relativamente a outras notícias e, depois, comparamos.

O que estou a tentar dizer é que a partir de segunda-feira, havendo um comunicado do Ministério das Finanças, havendo um comunicado do Banco de Portugal e tendo saído, mesmo nesse contexto, mais de 700 milhões de euros, na minha opinião, na minha modesta opinião, é um pouco abusivo atribuir em exclusivo à notícia da TVI tudo o que aconteceu até ao fim da semana. E sabe porquê? Sabe por que é que não houve desmentido? E sabe por que é que os depositantes tiveram aquele comportamento? Porque os depositantes estavam a resguardar-se de factos e não de notícias. E não houve desmentido, também na minha modesta opinião, porque a notícia estava certa e as autoridades não quiseram cometer o mesmo erro que toda a gente

cometeu no BES, ou seja, que, na véspera de atos importantes como aumentos de capital, andavam a garantir a todos, a depositantes, a investidores, que estava tudo bem com o banco, que o problema era o Grupo e isso deu no que deu.

Portanto, se, nessa altura, alguém tivesse noticiado, se o jornalismo tivesse, dito de outra forma, cumprido a sua função, talvez dezenas de milhares de pessoas não tivessem deitado para o lixo 1000 milhões de euros, que foi o que aconteceu no aumento de capital do BES.

Bem sei que isso depois iria ser assumido, provavelmente, pelos contribuintes ou pelo Fundo de Resolução, mas o que houve no caso do BES não houve neste caso, que foi notícias a menos e não notícias a mais.

Esta continua a ser a minha opinião, como já lhe disse, continuo a achar que não há factos, não há documentos, não há notícias, não há afirmações que consigam desmentir e provar que foi a notícia que alterou o curso da história.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Eu nem queria ir por aí, mas acho que o que acabou de dizer é quase ofensivo das regras mínimas da lucidez da lucidez e da inteligência dos Deputados que compõem esta Comissão de Inquérito.

Querer dizer que, a seguir a uma notícia quando há uma fuga de 1030 milhões de euros de depósitos em quatro dias e uma queda de 42,96% das ações do BANIF nesses mesmos quatro dias, essa notícia é totalmente indiferente e inócua quanto a isso, desculpe lá, mas isso é absolutamente desrazoável e eu tenho pena de quem o aconselhou a ir por aí.

Quais foram, portanto, as fontes em que se baseou para dar essa notícia?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Ninguém me aconselhou a dizer-lhe. É a sua opinião, que respeito, mas não posso concordar com ela. Não posso! Aliás, o que insulta a inteligência dos portugueses é achar que algo que aconteceu ao longo de quatro anos, que provocou um rombo da dimensão que sabemos, de 3000 milhões de euros, pode ser assacado a um rodapé e a uma notícia que, na substância, é intocável.

O jornalismo cumpriu a sua função. Não quero estar a fazer-me de vítima, mas não aceito que me façam de culpado de uma coisa que não sou, nem eu nem a Redação da TVI, que, como deve imaginar, esteve envolvida – e eu já disse aqui e reafirmo – desde a primeira hora até hoje...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — É preciso responder? Desculpe lá, como é a minha estreia, não estou muito habituado, isto é mais...

O Sr. **Presidente**: — Exato, mas é comum. Não se perturbe com os apartes.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não perturbo, só registo. Eu estou habituado a isto em outros sítios; no Parlamento, não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Vamos todos aguentando!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Tudo bem, mas eu não faço apartes.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — O aparte é uma prática parlamentar normal, mas eu peço aos Srs. Deputados...

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — E eu que não sou Deputado não estou habituado... é só por isso!

O Sr. **Presidente**: — Peço, portanto, aos Srs. Deputados que não abusem dos apartes sob pena de prejudicar a compreensão de quem nos está a ver.

Peço-lhe, então, que retome aquilo que estava a dizer.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Queria só lamentar que me coloque nessa situação, ainda por cima fazendo aquilo de que está a acusar que eu fiz e que eu não faço, que é usar parte da informação para chegar à conclusão que quer. Falou em queda de cotações... As cotações do BANIF subiram durante essa semana.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Peço desculpa, desceram 42,96% na sessão de segunda-feira, dia 14, em comparação com o valor de sexta-feira, dia 11.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sim. Já tinham caído muito e levaram ao tal pedido de esclarecimento da CMVM junto do BANIF e a TVI não teve nada a ver com isso.

No fim dessa semana as ações do BANIF valorizavam mais do que valorizavam no domingo, e isso também não é uma opinião; prova-se!

Mas se quer falar de ações, estamos a falar disto que consta deste gráfico. Temos ter a noção de que este banco valia zero. Este banco, desde 2013, estava assim.

Neste momento, o depoente mostrou um gráfico.

Estas são as cotações do BANIF! Temos de ter a noção do que é que se está a falar. Se isto fosse um eletrocardiograma o indivíduo estava morto, estava morto!

Portanto, não me venha falar de algo que o próprio regulador....

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Se fosse como está a dizer, o próprio regulador do mercado tinha mandado suspender as ações, coisa que não fez, e já o tinha feito em várias circunstâncias.

Portanto, está a falar pelo Presidente da CMVM, que já esteve aqui, e já terá dado seguramente a explicação, mas ele não encontrou motivo nenhum para suspender as cotações.

Volto a dizer: as cotações do BANIF chegam ao fim da semana mais altas do que estavam na sexta-feira. Isto não é uma opinião, é um facto!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Já agora, num aparte, que fica registado, se alguém estiver com uma doença grave e, mesmo assim, outrem contribuir para a sua morte, é homicídio na mesma.

Quais foram os documentos em que se baseou para dar esta notícia? Referiu-os várias vezes. Queria que me os identificasse, se fosse possível.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não vou referir mais documentos que podem chegar à fonte. Portanto, é minha função também proteger o processo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Peço desculpa, mas fiquei com a impressão que tinha citado documentos públicos.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Públicos, não. Citei uma carta...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Inclusivamente, disse: «O Sr. Deputado deve ter acesso a eles...».

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sim, sim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Quais são, então?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — A carta do Governador do Banco de Portugal para o Ministério das Finanças, que não sei se foi entregue aqui, mas, pelo menos...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — A carta de 12 de dezembro refere expressamente que os vários cenários que estão em cima da mesa devem estar em *standby*, se me é permitida a expressão, porque está a decorrer um processo de venda voluntária, e foi esse processo que acabou por ficar completamente desvalorizado com a notícia e com a consequente perda de liquidez que o BANIF teve.

Foi exatamente isso que se disse na deliberação do Banco de Portugal, que depois consubstancia a resolução, isto é, que este banco é *likely to fail* exatamente por causa do desequilíbrio de liquidez e de tesouraria.

Mas, mesmo assim, o senhor continua a afirmar duas coisas que, a meu ver, são insustentáveis: que a notícia foi inócua e que não foi falsa em nenhuma das suas parcelas; e que o comunicado da TVI do dia 15 não é um pedido de desculpas.

Continua a afirmar isto que acabei de dizer?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Mantendo o mesmo registo de apartes, se o Sr. Deputado fosse jornalista, eu não o contratava porque faz sínteses abusivas.

Evidentemente que o comunicado é um pedido de desculpas. Não é um pedido de desculpas pela notícia ter saído; é um pedido de desculpas, e está escrito...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não é um pedido de desculpas pela notícia ser falsa, ainda que parcialmente?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não era falsa a notícia.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Continua a dizer que não é falsa. Era verdadeira? Era a profecia que se autoconcretiza a si mesma.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não. Está a falar do quê, exatamente? Está a falar da forma como a notícia foi atualizada, do profissionalismo que tivemos para a afinar, para a corrigir nos casos... Está a falar do quê? Está a falar do quê?

Já agora, fui acusado aqui de um assassínio doloso de alguém que estava em coma. Ouvi a responsável máxima do Ministério das Finanças dizer, nesta Comissão, que, pessoalmente esteve em 200 reuniões só para tratar do BANIF e eu pergunto: quem participa em 200 reuniões para tratar de um problema e o problema não é resolvido, qual é a hipótese que quer colocar? Julgo que, a menos insultuosa para a pessoa, é a de que o problema não tinha resolução, não tinha solução. Não é?

Não acredito, sequer, porque tenho-o em melhor conta do que isso, que ache mesmo que tenha sido a notícia da TVI que tenha ditado algo que ninguém conseguia resolver há quatro anos... Havia uma pressão imensa de Bruxelas para que se fechasse o BANIF, para que se fechasse o processo, havia uma mudança do modelo de regulação, havia uma mudança do modelo de resolução e você olha para mim e diz: culpado. Eu não consigo perceber isso, porque, como lhe digo, tenho-o em melhor conta do que o estou a ver aqui, do que estou a assistir e, provavelmente, o que está a fazer é algo que também compreendo mas onde não posso entrar, porque não é parte neutra no processo.

Percebo que, ao contrário de outros casos, em que tivemos já aqui comissões de inquérito para apurar o que aconteceu no sistema financeiro, neste caso em concreto, o Estado tinha uma responsabilidade própria, ou seja, tinha a responsabilidade de acionista. Eramos todos donos daquele Banco e não conseguimos resolver o problema. Eu percebo essa sua frustração, mas não me arraste é para um problema que não é meu, é seu.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, lembro-lhe que já excedeu o seu tempo e, portanto, peço-lhe que conclua.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Vou fazer uma última pergunta, Sr. Presidente.

Não vou responder a estes processos de intenções. Apenas diria que, da parte do Grupo parlamentar do PSD, pelo menos, e estou convencido que também da parte dos outros grupos parlamentares, mas eles falarão por si, não há qualquer intenção de encontrar culpados ou responsabilidades, sendo que para isso servem os tribunais que atuarão nesse e noutros campos, também neste caso.

Devo dizer, já agora, pedindo desculpa por este aparte, que não era por aqui que eu ia levar todas as minhas perguntas que fui avançando exatamente porque fiquei completamente siderado pelas respostas que foi dando que nunca pensei que fossem no caminho em que foram.

Vou ler o considerando n.º 4 da Resolução em que o Banco de Portugal, referindo a posição do Ministério das Finanças, justificando a resolução que está a tomar, diz o seguinte: «Considerando a degradação notória e muito acelerada nos últimos dias, expressa numa saída substancial dos depósitos, que coloca em risco sério e grave o cumprimento das respetivas obrigações e conseqüentemente a continuação da prestação dos serviços financeiros (...).»

Portanto, não é o PSD nem nenhum Deputado aqui presente que dizem que há uma relação direta, há uma relação de causalidade, há um nexo de causalidade entre a notícia e a resolução que se tomou uma semana depois; é a própria resolução, no seu considerando n.º 4 e noutros considerandos, que não tenho agora aqui tempo de referir, mas fá-lo-ei na segunda volta.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Vai ter de o provar.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se quer fazer alguma consideração ainda?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não. Apenas quero responder às questões.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar agora a vez ao Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sr. Presidente, queria cumprimentar o Dr. Sérgio Figueiredo.

Acabou de dizer que não pode ser responsabilizado pela queda do BANIF e a pergunta que lhe faço é: então que responsabilidades é que assume e que consequências é que acha que a notícia da TVI teve sobre o BANIF?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sr. Deputado, a TVI já estava dentro do caso BANIF, chamemos-lhe assim, há algum tempo.

Naquela noite, com a informação que tínhamos e com os elementos que tínhamos recolhido, pela primeira vez sentimos que o BANIF ia entrar por aquela casa adentro de uma outra forma, portanto nós tínhamos a noção do que tínhamos nas mãos.

Não gosto muito, não gosto mesmo nada, para quem me conhece, de estar a puxar galões, mas eu andei 20 anos na informação económica e, como deve imaginar, ao longo de muitos anos e muitas circunstâncias, lidei com notícias que, sendo ou não publicadas, poderiam ter um grande impacto nas variações patrimoniais quer de empresas quer de particulares. Portanto, não caí propriamente de paraquedas numa Redação, depois de ter andado noutra vida durante oito anos, sem ter a noção do que é que estava a acontecer.

Pergunta-me: acha que aquilo que ia ser um rodapé absolutamente inconsequente e sem qualquer repercussão? Seria cínico da minha parte dizer que achava e se isso acontecesse era mau sinal para a TVI e até um pouco incongruente com o facto de a informação de a TVI liderar há 40 meses consecutivos. Ninguém que comete erros destes de palmatória pode estar numa posição de liderança durante tanto tempo.

Essa responsabilidade eu assumo. A responsabilidade de ter a noção do que é que ia acontecer e do que é que poderia acontecer; eu assumo.

O meu dever, o dever do jornalista não é nem perante instituições nem outra coisa senão perante o espetador, no caso, ou o leitor; é perante a verdade e se nós não temos dúvidas de que algo vai acontecer o meu critério de divulgação da notícia não é o da oportunidade da notícia, é o da sua verdade! Quando se fala dos 900 milhões que saíram, não posso falar pelos depositantes, mas aquelas pessoas sentiram-se mais protegidas tirando o dinheiro de lá.

Risos.

O dinheiro não desapareceu...

Não sei sequer do que é que se riem. Riem-se à toa, riem-se de coisas sérias.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Isto é inacreditável!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — O que é que inacreditável, Sr. Deputado?

O Sr. **Presidente**: — Peço que resposta às perguntas e não os apartes.

O Sr. **Sérgio Figueiredo**: — Portanto, o que me está a perguntar, na verdade, é se eu, sabendo que aquilo ia acontecer, tendo aquela informação, devia ou não dar a notícia.

Reportando-me a algo que foi dito nesta Comissão, deixe-me dizer o seguinte: tenho pena, mas tenho pena mesmo como cidadão, não é sequer como jornalista, e nós devíamos envergonhar-nos enquanto sociedade, que um gestor público tenha aqui vindo dizer que anos antes tinha ido ao Brasil e que encontrou um Banco que só aquilo dava uma comissão de inquérito

própria, que indiciava dolo e que ninguém lhe pergunte por que é que não fez uma queixa ao Ministério Público? Por que é que não denunciou na altura? Por que é que não deu uma conferência de imprensa? Por que é que não avisou o Parlamento?

É precisamente para evitar que coisas destas aconteçam que não posso hesitar quando tenho uma informação na mão, porque o meu compromisso é com a transparência, porque aí já não estamos a falar da TVI, nem daquela notícia e muito menos do BANIF. Estamos a falar da sociedade que queremos e do tipo de jornalismo que queremos. É um jornalismo acomodado? É um jornalismo que só publica o que é conveniente? Não vou dizer que o jornalismo corre riscos, porque, realmente, há momentos em que corremos o risco de imagem própria, que era aquele caso; não é risco de estar a dar informação, que depois vamos ver se pega. E é isso que devemos questionar.

Portanto, eu assumo as minhas responsabilidades como eu gostava que cada um de vocês e de quem tem passado por aqui assumisse as suas. Eu não vi nem estes 30 Deputados nem o Parlamento fazerem muitas perguntas sobre o BANIF nos últimos quatro anos, não é?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Isto é inacreditável!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Mas por que é que é inacreditável?!

O Sr. **Carlos Santos Silva** (PSD): — Não tem assistido, com certeza!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não tenho assistido à Comissão de Inquérito? Tenho, tenho! Estou a falar de antes, de antes do facto consumado. Eu gostava de, enquanto jornalista, ter feito mais e mais cedo.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Deixe-me interrompê-lo.

Nessa questão, está enganado. Foram feitas perguntas e os responsáveis pelo processo, quer no Governo quer no Banco de Portugal, garantiram-nos sempre que estava tudo a correr às mil maravilhas.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Tanto melhor, tanto melhor.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Galamba, quer prosseguir com as questões?

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sim, Sr. Presidente. Isto foi só um esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — E o depoente concluiu a resposta que estava a dar?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Agora, vou fazer uma pergunta.

Foi-nos dito pelo Governador do Banco de Portugal que o Banco tinha sido radiografado de cima para baixo, da esquerda para a direita e de dentro para fora e foi-nos sempre dito que até ia dar lucro, tanto pelo Governador do Banco de Portugal como pelo Ministério das Finanças.

Portanto, Srs. Deputados e, já agora, Sr. Dr. Sérgio Figueiredo, aí, a responsabilidade não é, pelo menos, dos Deputados da oposição na altura. Por exemplo, os Deputados do PCP – e, agora, digo-o em defesa do PCP –

perguntaram repetidas vezes sobre o BANIF. Portanto, essa crítica não pode ser feita.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Então, corrijo o que eu disse.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Mas queria fazer-lhe uma pergunta.

Em tudo o que disse sobre a responsabilidade e a verdade tem de introduzir uma *nuance*, porque não é a verdade, é a sua convicção de verdade e, à luz da informação que tinha, estava convencido de que era verdade. Mas ser verdade é outra coisa, porque, em relação à notícia que deu, ela não é verdadeira. De facto, ela é falsa, não há nenhum documento que tenhamos...

Apartes inaudíveis.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço-lhes que deixem o Sr. Deputado concluir a pergunta que está a fazer.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Não há nenhum documento, nem nenhuma carta, a não ser que esses documentos e essas cartas existam, mas nós não temos conhecimento desses documentos e dessas cartas, que fale de problemas nos depósitos.

Portanto, em todas as cartas e em todos os documentos existentes sobre o caso BANIF e em declarações públicas não há nenhuma notícia, nem nenhum documento que fale de problemas nos depósitos – aliás, o Primeiro-Ministro já tinha dito antes que os depósitos estavam garantidos.

Nesse próprio dia, esquecemo-nos de que não houve apenas uma notícia na TVI; houve uma notícia dada pelo jornal *Público*, que é curiosamente semelhante à da TVI, exceto num ponto, que, neste caso, é o mais importante e que é a questão dos depósitos.

Sem lhe pedir para revelar a fonte, nem a natureza dos documentos que tinha, a pergunta que lhe faço é se tem, por escrito, algum documento que fale de *bail in* de depósitos em relação ao BANIF numa futura solução para o Banco. Pergunto-lhe se a notícia foi dada com base em algum documento escrito, onde a questão dos depósitos fosse referida.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Volto a insistir que a versão final da notícia que a TVI divulga no seu jornal à meia-noite assenta, fundamentalmente, em documentos e em declarações de fontes anónimas cujos nomes já me disse que não vai perguntar, mas, se perguntasse, eu também não podia, nem devia, revelar. E esses documentos e essas declarações iam no sentido da medida de resolução.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Ir no sentido da medida de resolução é evidente, porque todos os planos de contingência desde o final de 2012 previam como único cenário alternativo ao sucesso da operação a resolução – e isto foi logo desde o início, quer com Vítor Gaspar, quer com Maria Luís Albuquerque.

Aliás, sobre as 200 reuniões, não temos nenhuma informação, não há registo dessas 200 reuniões, nem de qualquer hiperatividade da Ministra das Finanças; o único registo que temos é da Ministra das Finanças da altura, Dr.^a Maria Luís Albuquerque, a pedir ao Banco de Portugal várias vezes para aprimorar o plano de contingência, ou seja, para aprimorar a hipótese de resolução do Banco – aliás, essa parte é comum à notícia da TVI e à notícia do jornal *Público*.

Mas perguntei-lhe sobre a questão do documento escrito por uma razão: é que se houvesse um documento escrito oficial que falasse de depósitos, poderíamos enquadrar esse documento no processo geral do

BANIF e nas informações que têm chegado a esta Comissão de Inquérito; não havendo, existe apenas a palavra de alguém que falou consigo.

E a minha pergunta é esta: com quantas pessoas confirmou esta notícia? Foi com mais do que uma pessoa?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Foi, foi com mais do que uma pessoa. Mas está a referir-se à questão dos grandes depositantes?

O Sr. **João Galamba** (PS): — Não.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Então, não tinha entendido que era essa componente.

O que lhe disse foi que a interpretação que foi dada erradamente é que iam ser aplicadas regras do Fundo de Garantia de Depósitos, a legislação portuguesa, o que era possível antes de o *bail-in* entrar em vigor no dia 1 de janeiro. Portanto, não há nada que indique que a solução *bail-in* estava prevista pelas autoridades nacionais, tal como não veio a acontecer.

A referência ao facto de os grandes depositantes poderem suportar custos da solução tinha a ver com a aplicação do Fundo de Garantia de Depósitos, que é a legislação que à data estava prevista no sistema financeiro português.

Ora, não foi isso que aconteceu. Essa informação, como já referi, foi alterada 17 minutos depois, foi enquadrada e o Sr. Primeiro-Ministro, no dia seguinte, disse que o Estado português iria garantir o reembolso de todos os depósitos do Banco, que foi uma decisão que vai para além daquilo que estava na lei, foi uma decisão política e que não me compete qualificar.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Mas a minha pergunta específica era se a parte dos depósitos foi confirmada com mais do que uma pessoa.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — A parte dos depósitos, volto a dizer, foi uma interpretação da nossa Redação relativamente à informação que tinha disponível e às conversas que tinha tido. E foi uma interpretação que foi corrigida, não foi uma informação que nos foi dada. E se não foi uma informação que nos foi dada, não há dolo aqui, não há manipulação.

É que essa é outra questão que gostava de referir relativamente às fontes e que tem a ver com o seguinte: o Estatuto do Jornalista, mas, sobretudo, o nosso Código, o Código Deontológico do Jornalista, prevê que as fontes sejam reveladas quando o órgão de comunicação considera que foi manipulado e usado para veicular uma informação falsa.

Se eu tivesse chegado a essa conclusão, se a nossa Redação se tivesse sentido usada para transmitir alguma coisa que não fosse verdadeira, eu não esperava que a Comissão me chamasse para revelar a fonte de informação, porque não seria aqui que o faria, seria em antena, perante os telespectadores, que iria dizer quem, como e porquê nos tinha usado para transmitir uma informação falsa.

Quero, aliás, dizer-lhe que já passei por isso. Quando era diretor de um jornal económico, o *Diário Económico*, eu, perante um juiz, porque a notícia não se confirmou – por acaso, o facto noticiado veio a acontecer alguns anos mais tarde, mas isso não interessa –, revelei a fonte que nos tinha passado uma informação sobre uma empresa cotada.

Portanto, no meu caso, acho que tenho algum crédito para dizer que não encaro a questão da não revelação de fontes de forma fundamentalista e muito menos corporativa, porque protegem-se as fontes em nome da informação e não em nome do jornalista. E não é para proteger a fonte, é para que elas não deixem de existir, para a liberdade de informação, têm-nos dado jeito, o cidadão português tem beneficiado com isso. E isso não é só

uma questão de segredo profissional, é uma questão de direitos, liberdades e garantias.

E no dia em que se abusar desse poder coercivo que os tribunais têm, quando dizem «ou revelas, ou vais para a cadeia», temo que a liberdade de informação seja limitada e que a saúde da democracia portuguesa se ressinta. Aliás, a classe política é toda ela uma gigantesca fonte de informação anónima. Grande parte da informação que os jornais e as televisões veiculam não tem rosto. E porquê? Porque se baseiam numa relação de confiança. E o jornalista, se for enganado por aquela ou aquelas fontes e se as usa é porque não é jornalista, é outra coisa, é uma correia de transmissão... E, até hoje, neste caso concreto, não tenho nada que me permita quebrar esta regra.

O Sr. João Galamba (PS): — Posso ter percebido mal o que disse há pouco, pelo que corrija-me se eu estiver a fazer uma interpretação abusiva das suas palavras.

Há pouco, quando lhe perguntei se a questão específica dos depósitos tinha sido confirmada com alguém, pareceu-me dizer que tinha sido uma interpretação do jornalista ou dos jornalistas à luz da informação que a fonte tinha dado.

Esta minha interpretação é correta ou não?

O Sr. Dr. Sérgio Figueiredo: — É correta. Ou seja, aquela primeira informação é feita numa interpretação dos documentos que tinham, que foi uma interpretação que não estava adequada.

Não era absurda, nem tinha sequer intenções alarmistas; era a aplicação da lei em vigor, porque tudo o resto era omissivo. Como não havia *bail in*... Era precisamente para evitar o *bail in* que se pensava que o Fundo de Garantia de Depósitos fosse o instrumento que iria resolver a questão dos depósitos. E para 17 minutos depois essa informação estar corrigida, quer

dizer que, nos contactos que foram feitos e na evolução do trabalho que aconteceu, alguém ou várias pessoas – não interessa se foi uma, se foram várias –, com responsabilidades nos disse que esse cenário não se iria concretizar.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Portanto, foi uma interpretação da TVI, e foi uma interpretação errada.

É que referiu aqui que foi feita com base na legislação existente, mas a legislação existente não obrigava a fazer *bail in* de depósitos acima de 100 000 euros; obrigava a partir do dia 1 de janeiro de 2016, mas, na altura, não. Portanto, em que é que se fundamentaram exatamente?

É que, há pouco, disse que, quando têm a certeza prestam a informação, a vossa preocupação é a verdade. Ora, isto não é a verdade, nem a informação que lhes deram; isto foi uma interpretação da TVI. Disse aqui que foi com base na legislação existente, mas a legislação existente não previa isso.

Portanto, ao menos, reconhecerá que foi uma interpretação errada, e, à luz da informação existente e da legislação em vigor, no mínimo, um pouco irresponsável, mesmo que tenha sido corrigida 17 minutos depois.

Concorda com esta minha interpretação, ou rejeita-a?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Concordo com a interpretação, não concordo com a conclusão.

Se fosse irresponsável, nós teríamos deixado ficar. Não é essa a nossa forma de atuar. Nós percebemos que não era isso que ia acontecer.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Dá-se uma notícia que diz «os depósitos acima de 100 000 euros também vão ser incluídos». Ora, se essa informação

não vem de uma fonte e não vem da legislação, porque a legislação não diz isso, a pergunta que faço é: então, vem de onde?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Vem de uma interpretação que a Redação fez da legislação que estava em vigor. A legislação em vigor dizia: Fundo de Garantia de Depósitos, em caso de liquidação. E não era esse cenário que estávamos a noticiar, portanto o Fundo de Garantia de Depósitos não iria ser ativado e essa informação foi corrigida numa altura em que nos parecia que, apesar de tudo, era possível fazer essa correção sem qualquer atividade económica quer dos balcões do próprio Banco quer do mercado de capitais, que estava fechado.

Nós demos o enquadramento e a notícia que foi dada e com o enfoque que foi dado deixava isso bem claro. Aliás, não nos limitámos a subtrair essa informação; o que fizemos foi, a seguir, dizer exatamente o contrário, ou seja, os depósitos vão estar, todos eles, garantidos.

Mas parece que ninguém leu essa frase, ou que não a valorizaram. Percebo o que me diz, mas também entenda que, da parte da TVI, aquilo que foi feito e deu azo ao tal comunicado foi que, se fosse tudo perfeito, nós nem sequer teríamos feito o comunicado, porque não tínhamos de estar a justificar aquele que foi o exercício da nossa função e da nossa missão.

Mas volto a sublinhar que estar a ligar isso à fuga dos 900 milhões de euros é uma conclusão que não partilho, nem posso subscrever. Não estou a negar o impacto que a notícia teria sempre – a TVI, felizmente, é um canal que é visto por muita gente, embora aquele programa só estivesse a ser visto na altura por 60 000 pessoas e fosse no cabo, nem sequer era generalista.

Tenho pena de não ter feito aquilo que deveria ter feito – provavelmente, se fosse um dia de semana, teria feito –, que era interromper a emissão e ter dado o destaque, a explicação, o enquadramento e as correções, que a relevância e a importância da notícia mereciam. Não devia

ter ficado à espera do noticiário da meia-noite, para não estar a comunicar apenas por quatro ou cinco frases telegráficas, mas isso não anula a notícia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Galamba, queira prosseguir.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Eu não vou usar o tempo todo, mas há, pelo menos, uma questão que nos parece grave, que, acho, é merecedora de censura e que tem de ser assacada à TVI e aos seus responsáveis e que é a seguinte: de facto, a TVI teve fontes para uma notícia, consultou alguma legislação e pôs cá para fora uma notícia profundamente irresponsável, sem fundamento e essa responsabilidade e esse ato têm de ser assacados à TVI.

Depois, se é responsável ou não, nós, Partido Socialista, já o dissemos várias vezes nesta Comissão, que a tentativa de sugerir, sequer, que o Banco estava em boa situação ou que a TVI foi a causa da resolução parece-nos, francamente, abusiva... O BANIF era um banco que perdia continuamente depósitos há bastante tempo.

Há, de facto, uma aceleração da queda dos depósitos a seguir à notícia da TVI, mas – e acabo aqui – assume, então, a responsabilidade, mesmo tendo corrigido depois, de que o canal TVI, do qual é diretor de informação, não teve o cuidado que devia ter, pelo menos na parte dos depósitos na primeira notícia que deu? Depois, mesmo tendo sido corrigida, pelo menos nessa parte, eu espero que a TVI e o Dr. Sérgio Figueiredo assumam a responsabilidade por esse ato e também as consequências que daí poderão advir, mas essa parte já não nos diz respeito.

O Sr. **Presidente**: — Como ainda está dentro do tempo do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Agradeço ao Dr. Sérgio Figueiredo os esclarecimentos prestados.

Só queria fazer uma pergunta, porque já fez referência a essa carta várias vezes e eu queria que ficasse pontualizado, se entender que está no quadro daquilo que pode responder.

A carta de 12 de dezembro a que faz referência – e penso que já o fez por duas vezes, uma na resposta ao Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim e outra ao Sr. Deputado João Galamba – é a carta escrita em inglês do Banco de Portugal para o Ministério das Finanças?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sim, é a carta que é escrita pelo Sr. Governador do Banco de Portugal ao Ministro das Finanças e julgo que está em inglês. Tenho-a aqui.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Aquela que aponta como última frase a resolução como melhor solução ou como única solução?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sim, como a única solução.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito obrigado. Era só este esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar, então, ao BE, dando a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Queria cumprimentar o Dr. Sérgio Figueiredo, agradecer a sua presença e fazer-lhe uma pergunta relativamente direta, que nos permite analisar o caso da TVI.

Em primeiro lugar, quero dizer que não estamos aqui a discutir a relevância da notícia da TVI para a resolução ou para a falência do Banco ou, sequer, para o montante de perda de depósitos. Vamos afastar isso! Estamos a discutir unicamente a notícia da TVI e vamos afastar tudo o resto do debate, e depois temos de perceber qual é o contexto em que estamos a analisar esta notícia.

O Código Deontológico do Jornalista, no seu primeiro ponto, diz: «O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão, interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados ouvindo as partes com interesse atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público».

A minha pergunta é a seguinte: considera que este n.º 1 do Código Deontológico do Jornalista foi cumprido ou foi violado?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não tendo sido eu o agente da notícia, tendo-a coordenado à distância e com as afirmações que me vinham chegando, quer antes, quer durante, quer depois, a resposta é sim.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Então, acho que podemos pegar neste n.º 1 que foi violado ou não foi violado?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, não foi violado, foi cumprido.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — É que como perguntei se foi violado...

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Peço desculpa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Código diz: «Os factos devem ser comprovados ouvindo as partes com interesse atendíveis» e eu gostaria de pegar no primeiro rodapé que sai que é, em si, uma notícia. É uma notícia, que, depois, foi atualizada, mas disso não quero saber.

O que quero saber é da primeira notícia que sai, que tem de estar sujeita a este Código, tal como as outras que vêm a seguir. E a primeira coisa que a notícia diz é: «A TVI apurou que está tudo preparado para o fecho do Banco». Portanto, pergunto: qual era o facto que estava aqui a ser relatado?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Era a resolução.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, o fecho do banco é a resolução do Banco?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Da forma como a Redação traduziu essa informação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu vou voltar ao Código Deontológico: «O jornalista deve relatar factos com rigor e exatidão». A resolução de um banco implica o fecho de um banco?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não. Como disse há pouco, e repito, nós temos a preocupação de comunicar para que as pessoas entendam e temos todos a noção de que este eufemismo «resolução do Banco» não é uma coisa perceptível para um público que não é especializado em economia e a expressão «fecho» foi a forma que a TVI usou para dizer que algo ia acontecer ao Banco e que o Banco iria deixar de estar em atividade, como, aliás, deixou.

Ainda assim, nós achámos por bem – isto não tem nada a ver com fontes, mas com conversas internas – adaptar essa formulação para aquela que acabou por ficar até ao fim da noite.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu não estou a discutir a que ficou até ao fim da noite, estou a discutir a primeira notícia que sai e como o Código exige rigor e exatidão, pergunto se a resolução de um banco implica o fecho de um banco. Rigor é isto, nós podemos dizer: «Não, não cumprimos, optámos por não cumprir». Então, assumam-se que não foi cumprido.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Mas não lhe posso responder o que não sinto e o que não decidi. O que decidimos foi o que lhe estou a dizer, com as opiniões que se podem formar sobre o assunto, o que nós estávamos a dizer é que o BANIF iria deixar de exercer atividade bancária, porque havia uma medida de resolução que iria implicar o fim do BANIF enquanto instituição financeira a operar no mercado.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Assumindo que resolução implica fecho, o que não é, de facto, verdade, nem é rigoroso, porque não é a notícia diz que está tudo preparado para o fecho do Banco.

Qual é a fonte, qual é o documento que permite dizer isto?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Foi a recolha de várias informações documentais e não documentais.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pergunto qual é a fonte documental que permite dizer isto.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Que o Banco iria deixar de estar em atividade? Foram várias fontes documentais e não documentais.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu entendo.

Ainda assim, gostaria de saber que tipo de documentos é que permitiram, de alguma forma, afirmar que o Banco ia fechar.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sr.^a Deputada, o que estou a tentar dizer é que o exercício de descodificação de uma medida de resolução para um português que não é especialista em informação económica e muito menos em nomenclatura nova é... A resolução bancária, como sabe, foi uma coisa criada há pouco tempo para dizer que aquele Banco não estava em condições de operar no mercado e já tivemos vários. Para o povo português normal o BANIF desapareceu. O Banco que existe hoje é um banco *zombie*, julgo que ficou com 10 milhões para pagar contas e sem ativos em carteira. O BANIF fechou, o BANIF desapareceu, o BANIF é uma entidade em que mesmo os ativos bons, como sabe, foram transformados ou transferidos para um veículo que entretanto criaram. É só isso!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Acho que temos de ter clareza nesta discussão.

Isso é verdade hoje, mas não era verdade no momento em que a notícia foi dada e, por isso, a notícia que diz que está tudo apurado para o fecho do Banco tem de ter um documento, tem de ter uma fonte. Se teve uma fonte, essa fonte deu uma informação falsa, então o Código Deontológico do Jornalista permite que a fonte seja revelada; ou, então, tem um documento e eu gostaria de saber, porque até era importante para a Comissão de Inquérito, qual é esse documento. É que o único documento que foi revelado aqui, que é esta carta do Governador do Banco de Portugal, o que diz é: «Desta forma,

no caso da venda voluntária falhar». Portanto, a notícia seria: «Há uma venda voluntária». Esse é o único facto que existe.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Se essa fosse a única fonte de informação, que eu já disse que não foi.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pergunto que tipo de fonte é que... Vou perguntar de outra forma: quem é que foi consultado para confirmar o fecho do Banco? Diz no primeiro ponto do Código Deontológico: «Ouvindo as partes com interesse atendíveis no caso, os factos devem ser comprovados». Como é que este facto foi comprovado? A que pessoas, a que entidades é que se ligou para comprovar este facto?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Está a tentar por várias formas e da maneira perspicaz, que é o seu costume, fazer-me dizer aquilo que eu não vou dizer e que, como já disse, não posso nem quero, que é revelar as fontes de informação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu penso que uma coisa é a fonte de informação e outra coisa são aquelas três pessoas ou três entidades a quem o jornalista liga para saber como está correr e que está errada.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — As três entidades que julgo a que se refere é o Banco de Portugal, o Governo e o próprio BANIF – imagino que a terceira seja o conselho de administração do BANIF – falaram em comunicado por escrito nas horas seguintes.

Já li dois, mas, se quiser, posso ler também a do comunicado do conselho de administração do BANIF que, na resposta ao Sr. Deputado do PSD, eu disse que não é de má-fé, porque, provavelmente, se baseia em

informação que não tinha. O Presidente do Conselho de Administração do BANIF negava que havia uma medida de resolução e até que ela estivesse prevista.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não estou a acusar ninguém de má-fé, só estou a perguntar se um procedimento metodológico foi cumprido, ou seja, se telefonaram às entidades para comprovarem a fonte – aliás, é isso que diz o Código, ou seja, que «Os factos devem ser comprovados ouvindo as partes com interesse atendíveis no caso».

Então, a minha pergunta é: antes de a notícia ser dada, quais foram as entidades com interesse atendíveis que foram ouvidas? Antes! E não vale a pena responder que houve comunicados posteriores, nós já sabemos disso. A minha pergunta é: antes das 22 horas e 18 minutos da noite de domingo que entidades é que foram ouvidas para comprovar esta notícia?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Estamos a falar novamente do processo.

Se quiser, posso repetir exatamente o que disse há pouco. A notícia surgiu de fontes anónimas e documentais através da Redação da TVI, que me consultou, e que quando sentimos que a informação estava em condições de ser divulgada assim o fizemos, sendo que contactámos todas as partes envolvidas e não utilizámos a informação que nos parecia que não correspondia...

Volto a dizer, fontes anónimas que nos disseram coisas que nós não usámos e, em função disso, a partir do momento em que a notícia está no ar, a notícia é da TVI e o processo de apuramento da informação foi o que descrevi ao Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim e que acho que, por uma questão de poupança de tempo e da vossa paciência, escuso de repetir.

Mas se a Sr.^a Deputada não percebeu, eu posso voltar a encadear os acontecimentos, as horas, o que aconteceu, as correções que fomos fazendo, a forma como a notícia está finalmente no rodapé às 23 horas e 6 minutos e, depois, como foi tratada jornalisticamente ao longo da noite.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu entendo que o erro tenha sido corrigido, mas a correção do erro não o apaga e tentar negar o erro é negar o óbvio.

Portanto, penso que era mais importante perceber como é que o erro aparece e por que é que ele acontece. Qualquer notícia precisa de um contraditório, o que acho normal. Se eu tenho uma fonte anónima ou documental que me diz que o Banco vai fechar ou vai ser integrado na Caixa, eu acho que a primeira coisa a que nos levaria para obter o contraditório era tentar contactar a Caixa, o BANIF, o Ministério e o Banco de Portugal.

Então, a minha pergunta é a seguinte: se eu for perguntar a estas quatro entidades se foram contactadas pela TVI, antes da notícia, para a confirmarem, o que é que elas me vão responder? Porque elas vão responder! A pergunta vai ser-lhes feita e elas vão responder, portanto, mais vale antecipar já a verdade, porque nós vamos fazer essas perguntas, nem que para isso tenhamos de chamar estas pessoas novamente. A pergunta é muito simples.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sr.^a Deputada, não precisa de me confrontar com a verdade, porque eu não estou a mentir; eu estou a responder o que sei.

Estou a dizer-lhe que este foi um trabalho de equipa em que eu não estava na origem da informação, que me chegou com a garantia de que era validada e verdadeira e eu, como Diretor de Informação da TVI, a única coisa

que podia fazer era que a informação fosse veiculada. Se fizesse o contrário não estava a cumprir o meu papel. É só isso!

Portanto, confiando eu na equipa que tenho, não tendo motivos nenhuns, até hoje, para desconfiar que houve algo no processo que nos conduziu a uma informação falsa e falseada, não revelo fontes perante os meus telespectadores e defendo o processo que conduziu a uma informação, que, como digo, às 23 horas e 5 minutos estava absolutamente correta e não há nenhum facto, nenhum documento, nem nenhuma afirmação que a contradiga até hoje.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Volto a perguntar se a notícia que sai em rodapé às 22 horas e 18 minutos foi confirmada junto das entidades competentes ou, segundo o Código Deontológico, ouvindo as partes com interesses atendíveis.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sr.^a Deputada, eu percebi a pergunta e a resposta também é a que dei.

A responsabilidade é minha, não fui eu que estive no processo, não o controlei do princípio ao fim, não lhe posso nem lhe devo dizer quem falou com quem e quem é que apurou o quê. Não foi uma pessoa que esteve envolvida no processo nem foi uma única fonte de informação que esteve na origem da notícia.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas repare que não lhe perguntei nem quem falou com quem nem quem é que esteve na origem. Perguntei se a TVI confirmou a notícia junto das entidades competentes. É diferente! É um sim ou um não! Porque são poucas entidades. É fácil, pelo menos para nós, verificar se isso foi feito.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — E, tal como respondi, repito que seguramente antes, durante e depois, todas as partes interessadas foram consultadas. Não sei quais é que foram antes, quais é que foram durante e quais é que foram depois, mas estou a falar sempre da noite de domingo. Não estou a falar nem de segunda-feira, nem de terça-feira; estou a falar ao longo do processo de construção da informação e quero presumir e acredito que as partes interessadas foram contactadas.

Não sei quem foi contactado antes de o primeiro rodapé ter saído, nem quem foi contactado durante a passagem do rodapé, nem depois, ou seja, o depois é até à meia-noite desse dia.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pois, o problema é que nos está a tentar dizer que primeiro dá-se uma ideia de notícia e depois há um processo de construção da notícia quando ela já está no ar, sendo isto exatamente o contrário do que o Código Deontológico diz, ou seja, que primeiro há o processo de construção e, depois, é que se dá a notícia.

Portanto, se, de facto, o que foi feito foi dizer primeiro qualquer coisa e depois o processo de construção dá-se nos rodapés da TVI, então, isto é uma violação clara do Código Deontológico. Ou é de uma forma ou de outra, ou seja, ou a primeira notícia foi validada e verificada e estava errada, mas que tinha tido o seu processo de construção, ou, então, a primeira notícia não foi validada e foi sendo construída ao longo do tempo. Ambas são violações deste Código. Quer dizer, a primeira não tanto, mas...

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — É a sua interpretação. A única coisa que posso acrescentar a essa interpretação é a minha, isto é, que se tem razão e se é assim como diz, julgo que a Entidade Reguladora para a Comunicação Social e a própria Comissão da Carteira Profissional de Jornalista já ma

deveriam ter feito essas perguntas a mim e aos profissionais da TVI, coisa que não fizeram.

Portanto, que eu saiba, eles não passaram uma procuração a esta Comissão para validar isso. No momento e na altura em que eles o fizerem, se o vierem a fazer, terei todo o gosto em ter essa conversa com as entidades que regulam a atividade dos jornalistas e que decidem se eles cumprem ou não cumprem as regras.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu atrever-me-ia a dizer que esta Comissão tem mais poderes do que qualquer comissão que valide atividades jornalísticas.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não estou a dizer o contrário.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ah!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — O que estou a dizer é que a Entidade Reguladora para a Comunicação Social não colocou essas questões até hoje.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Isto era só sobre a parte de «o Banco vai fechar».

Há uma outra parte, a segunda frase, na qual se diz: «Depositantes acima de 100 000 euros perdem os depósitos». A minha pergunta não é qual é a fonte nem qual é o documento, mas se isto vem de algum documento ou de alguma fonte.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Como já disse, vem de uma interpretação que a Redação fez dos documentos que tinha e das informações

que recolheu junto de fontes não documentais e, como era um cenário que não estava em cima da mesa, por isso, foi prontamente corrigido.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas a lei também permite dizer que os depositantes acima de 100 000 euros serão salvaguardados. Portanto, por que é que escolheu dizer que não eram salvaguardados?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não percebi, desculpe.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A mesma lei que permite dizer que os depositantes acima de 100 000 euros estão em risco é a mesma lei que permite dizer que não estão em risco, porque a lei não obriga a estarem em risco; a lei diz que podem estar em risco, mas se podem estar, também podem não estar.

Portanto, se isso foi uma interpretação, a minha pergunta é por que é que escolheram dar a notícia que dizia que iam estar em risco em vez de dar a notícia que não iam estar em risco.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Porque a cronologia dos acontecimentos foi precisamente essa. Até à altura em que afirmámos que estavam salvaguardados, era essa a interpretação que fazíamos. Depois, recebemos a informação, presumo que não escrita – volto a dizer que eu não estava na Redação – de que iria acontecer aquilo que o Governo, através do Sr. Primeiro-Ministro, no dia a seguir ou dois dias depois, acabou por confirmar, que era salvaguardar todos os depositantes, independentemente dos montantes.

Essa informação foi recolhida pela TVI de fontes seguramente idóneas e credíveis e que, pelos vistos, estavam corretas, porque foi isso exatamente o que aconteceu e presumo que essa afirmação – como digo eu não estava

no processo – é feita em cima de informação obtida não documentalmente entre o momento em que inicialmente o rodapé é posto a rolar e, julgo, as tais 23 horas e 6 minutos em que é afirmado que os depositantes, qualquer que seja a sua dimensão, tinham os seus depósitos garantidos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, essa interpretação ainda é mais difícil de perceber do que a de que «o Banco vai encerrar».

A TVI prepara-se para dar uma notícia de rodapé, que é uma notícia que não protege. Quando escrevo uma notícia em texto ou quando a dou presencialmente, consigo fazer interpretações mais abertas, enquanto a notícia de rodapé é o que é, é um facto, é puro e duro e tem 5 segundos de leitura.

Essa notícia de rodapé diz: «Depositantes acima de 100 000 euros perdem o dinheiro no Banco». É isto o que a notícia diz! É sério, é grave e o Sr. Doutor já disse aqui que não houve fontes que permitissem chegar a esta conclusão, que se baseia na interpretação que fazem da lei, mas a lei permite interpretar isto e o seu contrário.

Portanto, à semelhança do que aconteceu na frase anterior, pergunto se ligaram ao Banco de Portugal ou ao Governo a confirmar isto antes de pôr no rodapé que todos os depositantes daquele Banco acima de 100 000 euros iam perder os depósitos.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Volto a dizer que julgo que não.

Essa componente do rodapé foi corrigida ao fim de 17 minutos, porque contactos que foram feitos disseram exatamente o contrário, que não ia ser isso que ia acontecer. Por isso, a TVI, durante 17 minutos, teve em rodapé um cenário que era possível, mas que não era aquele que tinha sido optado pelas autoridades nacionais.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, peço-lhe que conclua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, vou mesmo concluir.

Sr. Doutor, o que é noticiado não é um cenário, porque a notícia não diz «há um cenário em que os depositantes podem perder dinheiro». O que é noticiado é um facto e há uma diferença... É que se nós perdemos a noção da diferença entre cenários e factos, o jornalismo faz pouco sentido, lamento dizer, perde-se a confiança no jornalismo e, portanto, há uma diferença entre um cenário e um facto. E a notícia do rodapé é muito clara, é um facto que é apresentado.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Perde-se a confiança no jornalismo se ele não cumprir a sua função, que é a de informar e de corrigir aquilo que informa quando a informação não está correta. A TVI fez essa correção. Ter sido domingo à noite não é um detalhe nem é pouco importante.

Volto a dizer que as instituições estão fechadas, os balcões não estão em atividade, os reguladores...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu tenho códigos da minha conta *online*. Em 3 segundos acedo à minha conta *online* como qualquer pessoa que tenha mais do que 10 000 euros ou 5000 euros ou 1000 euros num banco.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sim, está bem.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar, agora, ao CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Queria cumprimentar o Dr. Sérgio Figueiredo.

Por uma questão de rigor, durante várias audições nesta Comissão, o CDS tratou este assunto como uma fuga de informação, porque nos parecia que fazia todo o sentido apurar as responsabilidades de entidades públicas que pudessem ter contribuído para uma fuga de informação que, do nosso ponto de vista, tem consequências graves para os contribuintes portugueses.

Acontece que, e isto é factual, até ao momento, nesta Comissão e até à audição de hoje, todos os possíveis responsáveis, designadamente o emissor e o recetor da carta que já aqui foram citados, dizem que a notícia é falsa e não apuraram responsabilidade por fuga de informação, porque a notícia era falsa.

Portanto, eu também posso tirar a conclusão, como algumas que já foram tiradas pelo Sr. Doutor aqui hoje, de que quem diz que a notícia é falsa e não apura responsabilidades por isso, tem a sua conclusão tirada e é diametralmente oposta àquela que tira a TVI.

Depois, o que a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua disse foi sendo feito aqui ao longo das audições, ou seja, vários grupos parlamentares perguntaram aos intervenientes se tinham sido contactados pela TVI naquela noite sobre aquela notícia e o Presidente da Autoridade de Resolução, o Governador do Banco de Portugal, o Ministro das Finanças, o Secretário de Estado das Finanças, o Presidente da CMVM, o Presidente do Conselho de Administração do BANIF e o Presidente do Conselho de Administração do Santander, todos eles disseram que não foram contactados nessa noite para confirmar essa notícia. Daí perceber-se a importância de perguntar quem é que foi, porque, não tendo sido nenhuma destas personalidades, convém saber quem é que tinha idoneidade suficiente para a TVI para esta publicar uma notícia.

Por outro lado, nenhum destes intervenientes negou a influência que a notícia teve no desenrolar do processo, antes pelo contrário. Não é preciso dizer que é decisivo para dizer que tem influência, são coisas diferentes. Neste cenário, até agora, a única prova documental que assumiu ter foi a carta do Governador para o Ministro das Finanças. Pergunto-lhe se leu essa carta antes do primeiro rodapé que a TVI publicou.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Respondo já a essa questão, dizendo que eu, pessoalmente, não li. Confio na equipa que tinha a carta, que tinha outras informações, que preparou e que publicou a notícia. Eu próprio dei autorização para que a notícia saísse, porque sim, porque não podia fazer de outra forma.

Não posso falar pelo Sr. Governador, pelo Sr. Ministro das Finanças e por todas as pessoas que o Sr. Deputado referiu que passaram por aqui e que garantiram que não foram contactadas, mas também lhe posso assegurar que não foi inventado, não caiu do céu, não foi a TVI que determinou prazos, não foi a TVI que decidiu qual a solução a adotar, não foi a TVI que obrigou o Estado a vender ou a não vender...

E quando me diz que todas essas personalidades passaram aqui e afirmaram que a notícia é falsa, eu devolvo a essas pessoas essa mesma notícia para me provarem o seguinte: ponto n.º 1 – que não estava tudo preparado para a resolução do Banco à data; ponto n.º 2 – que estava em estudo recorrer à Caixa Geral de Depósitos; ponto n.º 3 – que ia haver perdas para os acionistas; ponto n.º 4 – que os depositantes estavam salvaguardados, mesmo acima dos 100 000 euros. Aliás, a única coisa, destas quatro, que não se verificou – e julgo que também o referi na primeira parte das respostas ao Sr. Deputado do PSD – foi o cenário da Caixa Geral de Depósitos.

E quero também lembrar, voltando a dizer o que disse há pouco, que esta solução proposta pelo Governo não era conhecida e muito menos a

recusa da Comissão Europeia em relação a esta proposta. Não era um facto público. E quando a TVI tem acesso a esta proposta, não tinha em sua posse a resposta que a DG Comp tinha dado por *e-mail* cinco dias antes – não foram cinco meses ou cinco semanas.

Quando isso aconteceu, ao longo da noite também, aquilo que era afirmado como um caminho, foi colocado como um cenário na forma que acabei de ler. E essas pessoas, esses responsáveis, essas autoridades, esses gestores públicos que desmentem a notícia, que a inculpam mesmo, que nos atribuem uma responsabilidade que não assumimos, gostava de os ver assumir as suas; foi só isso que eu disse há pouco, mais nada!

É que me parece um pouco desequilibrada – para não dizer até uma prática que achei que as civilizações mais avançadas tinham banido, que foi, salvo erro, começada pelos romanos e depois continuada na Idade Média – a situação a que estamos a «matar o mensageiro». Basicamente, é este o sentimento que a minha equipa tem e não consegue perceber como é que se dá um enfoque tão grande a algo que, se fosse completamente ao lado, falso e improvável, o próprio grupo parlamentar a que pertence não iria querer saber a fonte de informação, porque ela, pura e simplesmente, não existia, era uma invenção, o que é um crédito que, pelo menos, nos dá. O que lhe estou a dizer é que, se a notícia fosse falsa, não havia fuga de informação, porque não havia informação – é um silogismo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Doutor não terá ouvido o que eu disse.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Ouvi, ouvi!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eu disse que nós, por respeito àquilo que também presumimos ser o respeito que a TVI teve pela

deontologia profissional, sempre tratámos este assunto como fuga de informação, porque presumimos que a notícia era verdadeira. Estou a dizer-lhe exatamente o contrário.

Portanto, não funciona contra nós esse discurso que acabou de fazer, porque nós sempre colocámos a notícia como verdadeira.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sim...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, demos sempre esse benefício da dúvida.

Se outras personalidades vieram aqui dizer o contrário, não vejo como é que a TVI pode ver isso como um ataque. Tem a facilidade de dizer: essas pessoas mentem, porque foram contactadas.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Mas eu não estou a atacar... eu só estou a dizer que...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não, atacou! Disse: isto é desequilibrado, é tudo para um lado... Por amor de Deus!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Mas eu não estava a falar do CDS e muito menos da sua intervenção.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas não era do CDS, era do Banco de Portugal!

Se está à espera que eu me vá «picar» por causa da questão partidária, esteja descansado que isso não vai acontecer!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, não, Sr. Deputado! Não estou a «picar», nem me sinto «picado».

A única coisa que estou a dizer – e estou a ser porta-voz de um sentimento que não é só meu, é geral, é do Conselho de Redação, é dos editores da TVI – é que a desproporcionalidade da importância que está a ser dada pelos vários intervenientes, pelos protagonistas desta história ao longo de quatro anos, a esta notícia é algo que não conseguimos entender e, desse ponto de vista, sentimo-nos usados.

E aquela questão que eu estava há pouco a referir, de que há um filme de quatro anos, a TVI aparece no último segundo do filme, desaparece o filme e a história passa a ser contada só a partir daí, é algo que não me parece... Tenho toda a gente em melhor conta do que isso...

Portanto, não admira que tenha considerado esta notícia verdadeira, porque, de facto, era, e ainda hoje o é. É uma notícia verdadeira que não foi desmentida, não foi contrariada. Não foi desmentida pelas tais autoridades que passaram por aqui, em comunicados escritos que li logo no início desta reunião, e os factos vieram a comprová-la: temos um rombo de 3000 milhões de euros e é um pouco exagerado estar a pensar que foi uma notícia de rodapé que provocou tudo isto. Não me parece que seja esse o raciocínio que podemos construir. O filme teria sido outro, o caminho teria sido diferente: haveria uma solução – não se sabe qual – para a qual muita gente apontava e foi uma notícia, digamos, inoportuna que impediu que uma solução que andava a ser procurada há não sei quantos anos e não conseguida se viabilizasse.

É só isto que queria dizer, mais nada.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Doutor certamente tem a noção de que há uma diferença bastante grande entre ser tudo culpa da

TVI e a TVI não ter responsabilidade nenhuma. E quem põe sempre as alternativas neste campo é o Sr. Doutor.

Lembro que estamos a fazer esta audição após dezenas de audições em que discutimos esses quatro anos e em que em muitas delas ninguém falou da TVI.

Portanto, percebo a publicidade que queira dar à estação de televisão onde presta serviço, mas nós não lhe damos assim tanta importância – peço desculpa por desiludi-lo. Nós não consideramos que esta Comissão de Inquérito seja sobre a TVI – peço-lhe imensa desculpa por isso. Não é sobre a TVI!

Agora, o senhor não pode ignorar que, tendo a TVI feito uma notícia em determinados termos que mais ninguém fez, isso também seja escrutinado. Está sujeito ao escrutínio como todas as entidades estão, desde que tenham tido intervenção no processo.

Relativamente ao peso que pode ter tido, ou não ter tido, a notícia da TVI, disse-me já que não leu a carta antes, mas presumo que já a tenha lido depois. Pergunto: como é que enquadra a notícia da TVI no ponto 10 da carta que o Governador do Banco de Portugal escreveu ao Ministro das Finanças?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — E qual é esse ponto?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Deverá saber, não é verdade?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não sei de cor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se puder ler. Sob pena de interpretar... E, ainda por cima, como é corrigido. Prefiro que seja o Sr. Doutor a ler.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Enquanto procuro, gostaria de dizer o seguinte: Sr. Deputado, não estou a «pôr-me em bicos de pés», porque não vim aqui a meu pedido, vim aqui porque me chamaram...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sim, veio a pedido da Comissão.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — ... e estou cá para poder esclarecer e dizer tudo aquilo que nos compete dizer e que posso dizer. Não vou falar em nome de outras pessoas, a não ser naquilo que me compete e no meu papel, TVI. Este filme não é meu- Nem sequer consideramos que a TVI faz parte deste filme. É o contrário do que disse. Não é? Eu estou cá pensando que posso esclarecer aquilo que está nas minhas competências e no meu papel. Estou a prestar esses esclarecimentos e com todo o gosto.

Relativamente à pergunta que me fez, está a pedir-me uma opinião, não é verdade?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não. Estou a pedir-lhe para enquadrar a notícia da TVI naquilo que é referido no ponto 10 da carta, que, já agora, diz o seguinte: «Dada a posição de fragilidade do BANIF, qualquer evento que ocorra entretanto poderá prejudicar seriamente o processo de venda em mercado, que está em curso».

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Eu insisto que várias fontes de informação contribuíram para a elaboração da notícia.

Desta carta o que retiro, independentemente dos pontos 10 ou 11, é que está escrito, preto no branco, pelo Sr. Governador, que o Banco de

Portugal considera a medida de resolução como a única solução que salvaguarda a estabilidade financeira. É a última frase.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas não leu a carta...

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Peço desculpa, mas é a última frase que consta do ponto 12.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Desculpe, essa é a última frase. Está a fazer o mesmo que o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias fez, tentando desmentir o Sr. Deputado João Galamba, mas isso não funciona.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — O Banco de Portugal considera que a medida de resolução é a única solução que salvaguarda a estabilidade financeira — é o que diz a carta; a não ser que tenhamos cartas diferentes.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Doutor, estando perante um Diretor de Informação que me está a tentar ler truncadamente uma carta, o caso é mais grave. Tem noção disso?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não estou a tentar fazer nada disso. Truncadamente, como?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É que a carta diz isso, depois de dizer «... se o processo de venda livre não tiver sucesso». Portanto, isso é assim, se o processo de venda livre não tiver sucesso.

Ora, o processo de venda livre estava aberto quando a TVI deu a notícia, estava em curso e teve quatro propostas, mesmo depois da notícia. por isso é que acho que a notícia não é assim tão relevante. Já lhe disse que

não acho que a TVI tenha essa importância. Os senhores acham que a TVI tem essa importância toda. Não tem, porque, mesmo assim, houve quatro propostas. Agora, que a notícia contribuiu para alguma coisa, contribuiu.

O Sr. Doutor, ainda há pouco, dizia: «Mas os depositantes ficaram protegidos». Ficaram protegidos os que tiraram e os que não tiraram! Não é mérito da TVI! Ficaram os que tiraram e os que não tiraram! Aconteceu a ambos exatamente a mesma coisa, que foi terem o mesmo dinheiro que tinham antes. Quem não ficou na mesma situação foram os contribuintes. E o que diz esta carta, no ponto 10, é isso: qualquer evento que ponha em causa o processo de venda pode tornar inevitável a solução mais drástica.

Considera que a notícia da TVI é um evento destes, ou não é um evento destes?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Estávamos a poucos dias de a venda se concretizar. As informações que a Redação da TVI tinha eram que a venda... Para já, a venda, se tivesse sido fácil, já tinha sido realizada...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Essa é a sua opinião. Havia quatro propostas.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Duas delas recusadas pela Comissão Europeia, pelo que percebi, porque só aceitavam propostas...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso foi depois da notícia!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, não foi depois da notícia...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi depois da notícia, foi!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Eu não sei o que é que a notícia interfere na eleição ou não eleição de instituições não bancárias como candidatos. Esse facto foi posterior, mas não quer dizer que não tenha sido comunicado anteriormente. Dos quatro concorrentes, dois não eram bancos e não foram aceites pela Comissão Europeia. Não faço ideia...

Agora, o que sei é que a Redação da TVI, com as informações que tinha e com aquilo que apurou e foi apurando, publicou uma notícia que, à data, se mantém válida, atual e não desmentida.

Sobre o processo, já falámos aqui. Sobre o que levou ao tal pedido de desculpas, que não foi um pedido de desculpas pela notícia ter sido dada, mas pela forma como ela foi dada, assumi aqui que, se a emissão tem dado destaque àquela informação mais cedo, provavelmente, metade desta conversa teria sido poupada.

A partir daqui, não consigo dizer-lhe mais nada. Não sei, sequer, o que mais lhe poderei dizer.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas ainda não disse nada sobre o que lhe perguntei.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sobre o que me perguntou, respondi que é com as fontes de informação que tínhamos e que a minha equipa fez chegar...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Peço desculpa, mas o que lhe perguntei foi se a notícia se podia ou não enquadrar no tipo de evento que era referido no ponto 10 da carta.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Imagino que a minha equipa terá obtido informação de que a venda não ia ser concretizada nos termos em que as autoridades pensavam e que a medida de resolução era a única solução que salvaguardava a estabilidade do sistema financeiro.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é impossível, à luz de todos os depoimentos que tivemos aqui, porque ninguém achava isso nem isso se veio a concretizar.

O Sr. Doutor tem justificado aqui várias coisas que se passaram antes com factos que se passaram supervenientemente, tentando confundir aqui o tempo. Mas, nesse caso, não pode ser, porque o que aconteceu depois também desmente a notícia: o processo de venda, ainda assim, teve propostas e foram factos supervenientes que aceleraram o processo e tiveram essa consequência.

Outra questão que também lhe coloco é a da oportunidade da notícia. O Sr. Doutor fundamenta-a com estar tudo preparado para a resolução. Sabe há quantos meses estava tudo preparado para a resolução?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não faço a mínima ideia, mas já ouvi aqui...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se não faz a mínima ideia, por que é que fez notícia naquela altura? Era porque supostamente seria novidade, não é verdade?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, o que seria novidade é que o modelo de resolução ia mudar e havia pressa, havia pressão de Bruxelas...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nada disso é novo naquele domingo.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, o que era novo é que o ano estava a acabar. E o que é novo é que foi naquele domingo...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Acabava igualmente naquele dia e no dia seguinte.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Está bem, mas as informações são dadas quando chegam.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, Sr. Doutor. Foi o Sr. Doutor que aqui disse – e por isso é importante ir ouvindo todo o depoimento – que, se calhar, se não fosse domingo, provavelmente teria dado a notícia de outra maneira.

Então, por que é que a deu, no domingo, naqueles termos, correndo os riscos que correu e podendo correr riscos de incumprir, do ponto de vista deontológico, obrigações a que estava vinculado?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Mas se eu tivesse dúvidas sobre isso, a notícia não teria saído, como é óbvio. Aliás,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se não tivesse dúvidas, não a tinha corrigido sete vezes durante uma hora.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Nós não a corrigimos sete vezes durante uma hora.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Corrigiu! Corrigiu! É um facto!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Na maior parte dos casos, ao que se chama correções é acrescento de informação; não é correção.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Já foi o próprio Sr. Doutor que nos disse aqui que uma delas, e que é evidente, é o contrário da primeira.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Fala-me em sete! Fala-me em sete!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Uma, sim, mas está a falar-me em sete... Parece que a notícia, que tinha só quatro frases, teve sete correções.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A Caixa Geral de Depósitos saiu da notícia e o fecho do BANIF passou a ser resolução...

Para terminar, já agora, pergunto-lhe, falando em linguagem bancária, transformando o que não é compreensível por quem não está por dentro, por quem não domina este tipo de linguagem, se acha que a palavra «fecho» está mais próximo de liquidação ou de resolução?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — «Fecho» está próximo do fim do mate e do exercício da atividade bancária.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Desculpe, a seriedade obriga a que tenhamos a noção de que são coisas completamente diferentes do ponto de vista legal.

Portanto, terá de dizer-me, em termos de linguagem comum, se está mais próximo de um ou próximo de outro, porque se me disser que é igual, eu vou achar que não percebe nada do que está em causa no conceito de resolução e no conceito de liquidação e não queria, naturalmente, tirar essa conclusão.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — É a sua opinião. Pode ter a sua opinião sobre mim relativamente à questão da oportunidade...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eu estou sempre a favor da sua opinião, mas o Sr. Doutor não ajuda!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Mas eu não vim aqui para o ajudar. Eu vim para que me possa ouvir, se quiser.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Veio cá prestar depoimento. Não é?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Voltando à questão da oportunidade, que é uma questão relevante, quero dizer-lhe que a oportunidade da notícia não é um critério para ela ser divulgada. Não é esse o meu critério; eu já tinha dito. É verdade, é a verdade! Nós fomos confrontados com um conjunto de informação que não tínhamos até à data e considerámos que a devíamos divulgar, independentemente do dia e da sua oportunidade, porque não é esse o motivo que nos deve guiar para a manipulação do tempo em que as notícias devem ser dadas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Voltou a não responder à pergunta.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Mas qual é a pergunta? Não percebo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A pergunta é a palavra «fecho» está mais próxima do conceito legal de resolução ou do conceito legal de liquidação.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sobre a palavra «fecho» eu já expliquei a razão pela qual ela foi usada e também a razão pela qual ela foi retirada.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Está bem, mas não pode não responder a esta pergunta, porque há duas soluções legais possíveis. Os senhores resolvem pôr «fecho» – vou ter que induzir, porque o Sr. Doutor se recusa a responder de livre vontade –, mas «fecho» não tem muito mais a ver com uma liquidação do que com uma resolução? Não foi isso que fez com que mais tarde corrigissem? Se achasse que resolução não era perceptível, não tinha corrigido mais tarde «fecho» para resolução e corrigiu. Mais tarde retirou «fecho» e pôs resolução. Não é porque «fecho» tinha muito mais a ver com liquidação do que com resolução?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — A intenção com que foi colocada a palavra «fecho» foi para que toda a gente percebesse que a instituição BANIF em breve iria deixar de operar como entidade autónoma e com marca própria. Tão simplesmente isso.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Baseada em quê?!

O Sr. **Presidente**: — Para concluir esta primeira ronda, vamos passar, agora, ao PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Quero cumprimentar o Diretor de Informação da TVI, Dr. Sérgio Figueiredo, e agradecer-lhe os contributos que tem dado à Comissão.

Em primeiro lugar, quero prestar-lhe o meu reconhecimento por demonstrar, através do canal que dirige, que o sistema financeiro, tal como o conhecemos, não é compatível com transparência e escrutínio, de todo. Aliás, a sua estabilidade depende precisamente do silêncio e eu gostava que ficasse claro, apesar de não ser esse o tema da nossa audição de hoje, que, do ponto de vista do PCP, de maneira nenhuma se pode atribuir a resolução do Banco à notícia da TVI, pois isso seria apagar os três anos de negligência e de abandono a que foi votado o capital público que ali foi investido.

Contudo, aquela notícia foi fundamental para impedir a formação de um banco de transição, porque, ao perder liquidez, o Banco perdeu colateral para poder ter uma licença bancária para um banco de transição e aí, sim, pode estar implicada uma perda significativa para os contribuintes portugueses.

Posto isto, gostava de lhe colocar algumas dúvidas. Certas coisas posso não ter apanhado bem, pelo que lhe peço, desde já, desculpa se repetir perguntas que já tenham sido colocadas.

Disse-nos aqui que a fonte documental principal utilizada foi uma carta do Governador do Banco de Portugal dirigida ao Ministério das Finanças. Pergunto exatamente: quando tiveram acesso a essa carta?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sr. Deputado, eu disse que tinha sido uma fonte documental, porventura a mais recente. Não estou a querer esquivar-me às questões, é só a dificuldade de quem não esteve na Redação e que não esteve dentro do processo, mas que, como digo, acompanhei e autorizei. A responsabilidade, evidentemente, é minha, mas não tenho por hábito, sequer, perguntar aos meus jornalistas as fontes que têm quando confio neles... E é o caso, são os jornalistas que não são nem estagiários, não estavam lá há meia-dúzia de meses e...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas, neste caso concreto, qual é o jornalista que faz a construção da notícia?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, não lhe vou responder a isso, porque se fosse um jornalista de desporto indicava um tipo de fontes, se fosse um jornalista de economia, era outro tipo de fontes... Portanto, se eu disser quem foi o jornalista, posso estar a colocá-lo no caminho no qual não o posso colocar, que é o da identificação das fontes.

Dito isto...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas o jornalista tem, inclusivamente, direitos sobre a notícia produzida, portanto acho que nos pode dizer quem é o jornalista que detém direitos sobre a notícia.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Eu sei que tem. Eu conheço esses direitos, mas também sei – como o Sr. Deputado deve saber, porque acho que é o mesmo artigo do Estatuto do Jornalistas que diz – que eu só posso fazer a revelação das fontes e dos materiais a que o jornalista acedeu com uma autorização expressa por escrito desse mesmo jornalista. Eu não tenho essa declaração, não tenho essa autorização e também, para ser

absolutamente franco, não lhe pedi, não pedi a essas pessoas que estavam na origem da obtenção da informação ao longo dessa noite. Esta foi, provavelmente, uma peça importante na elaboração da notícia por ser a mais recente.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, tinham acesso a várias?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — A várias, documentais e não documentais, pelo que percebi. As fontes documentadas ou não documentadas inspiravam confiança, eram credíveis e idóneas e com base nisso decidimos avançar com a notícia.

Sr. Deputado, repito que eu não disse que era esta a principal, mas que foi um documento importante, que foi considerado pela equipa e que eu também considero, mesmo tendo conhecimento dele *a posteriori*, que não fizeram uma má interpretação dos elementos que tinham para avançar.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Repare que a informação que nos está a dar não nos permite confirmar nada do que diz. Portanto, somos obrigados a confiar, única e exclusivamente, na sua palavra e nem sequer nos aponta factos. Enfim...

Também gostava de lhe dizer que é óbvio que no dia 13 de dezembro tinham conhecimento, então, de um conjunto de cartas, porque a notícia foi divulgada no dia 13 de dezembro.

Queria perguntar-lhe se sabe que a notícia só chegou ao Ministério das Finanças, ou melhor, que a carta de dia 12 de dezembro só chega ao Ministério das Finanças no dia 15 de dezembro.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não faço a mínima ideia. Aliás, como não faço a mínima ideia se as cartas e os documentos que temos eram todos

os que eram os mais relevantes. Já falei aqui de um que não estava em nossa posse, que foi o *e-mail* da Diretora Geral da Concorrência recusando a solução Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas compreenda que do ponto de vista de uma Comissão de Inquérito tudo isto seja muito relevante para nós percebermos as instituições — e são instituições muito importantes, o Banco de Portugal e o Governo —, uma vez que, antes mesmo de o Governo ter conhecimento das suas decisões, já um órgão de comunicação social detém essa informação, ou seja, a carta chega ao Ministério das Finanças e está registada nessa data, a 15, e a TVI divulga-a a 13 de dezembro.

É igualmente curioso que a carta de 4 de dezembro, à qual, pelos vistos, também tiveram acesso, e já lá vamos, só chegue a 16 de dezembro ao Ministério, vá-se lá perceber porquê, se calhar tem a ver com a privatização dos Correios.

Risos.

Mas é, de facto, a data de entrada da carta, o que significa que a TVI também teve acesso a essa antes do Governo. Isto é muito grave! É muito grave do ponto de vista da estabilidade do sistema financeiro que o Banco de Portugal, supostamente, visa preservar.

Sobre a Caixa Geral de Depósitos, gostava de lhe perguntar exatamente em que fonte é que a TVI se baseou para construir aquela notícia das 22 horas e 18 minutos, em que diz que a parte boa do BANIF fica na Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Era na informação que estava disponível... Está a dar-me novidades relativamente a prazos de emissões e de receções de correspondência, não posso...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E até lhe estou a dizer quem foi a sua fonte, porque se o Governo ainda não tinha a carta, só o Banco de Portugal é que tinha.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Mas eu não estou a confirmar. Pode ter sido o carteiro...! Eu não estou a confirmar isso, bem pelo contrário. Não estou a dizer que sim nem que não, bem pelo contrário, como diz o outro.

Desculpe, mas a pergunta que me fez foi?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A pergunta é exatamente em qual dos documentos...

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sobre a Caixa Geral de Depósitos?! Não consigo responder-lhe a isso, sequer. Também tive conhecimento *a posteriori* como leitor, como todos nós somos, de que o assunto e a solução Caixa Geral de Depósitos foi objeto de troca de informação escrita e oral entre autoridades nacionais e autoridades comunitárias. Não sei se lhe diria se soubesse, mas confesso que não sei por qual das vias essa informação chegou à TVI.

O que posso dizer é que quando chegou e como chegou foi de uma forma que não estava atualizada, ou seja, o veículo dessa informação era um veículo que pecava, no mínimo, por cinco dias de desatualização relativamente à validade dessa notícia, mas também, como deve imaginar, não fomos nós que a inventámos e que a recriámos do zero, isto é, o Governo não se inspirou na notícia para propor esse tipo de solução à DG Comp.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É que essa solução surge escrita na carta do Banco de Portugal ao Ministério das Finanças de 4 de dezembro, que chega com um grande atraso ao Ministério das Finanças. Esse facto, sim, já é mais concordante com aquela informação num programa da TVI, para o qual convidou alguns Deputados desta Comissão, em que nos deu nota de que tinha tido acesso a uma carta que, por aquela altura, já se encontrava com cinco dias de atraso, o que nos leva a crer que não pode ser a carta do dia 13. E esta questão é importante, porque a carta do dia 13 não fala, de todo, da Caixa Geral de Depósitos.

Portanto, essa carta não pode ter sido fonte para essa matéria. Era muito importante que se percebesse onde é que a TVI foi buscar a questão da Caixa Geral de Depósitos.

Pergunto-lhe, principalmente no mundo das comunicações e da informação, se uma notícia desatualizada em cinco dias é uma notícia verdadeira.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Uma desatualizada em cinco dias é uma notícia desatualizada em cinco dias. Volto a dizer...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas se for comunicada ao público sem a nota de que está desatualizada em cinco dias?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Se nós soubéssemos, estava desatualizada, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Peço-lhe só que me diga se é uma notícia verdadeira ou falsa? O seu conteúdo é verdadeiro ou falso?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não é uma questão de ser verdadeiro ou falso; é uma notícia que não era do domínio público e, como muitas vezes acontece, todos os dias acontece isso na comunicação social portuguesa, jornalistas têm acesso a peças documentais que são transformadas em notícia e...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, não confirmou a notícia?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Deixe-me acabar. Se me permite, já agora, só para não me perder.

Como muitas vezes acontece, peças documentais que são, depois, objeto de uma notícia e que se vem a confirmar que estavam desatualizadas... Estamos a falar, até, na produção legislativa, quando chegam a redações versões de diplomas – a mim próprio já me aconteceu – que sofrem alterações que não estavam no documento a que os jornalistas têm acesso.

Sr. Deputado, mais grave seria – e julgo que não foi isso que aconteceu – se esse cenário tivesse sido noticiado, se tivesse sido desmentido e, ainda assim, a TVI, por desinformação, por desatenção ou por outro motivo qualquer, tivesse insistido nesse cenário.

Para a minha Redação, aquilo era uma novidade e nós achávamos que, para o País, era uma novidade. Não sabíamos era que, cinco dias antes, já era uma novidade que estava bloqueada por uma resposta da Comissão Europeia. E, verdade também seja dita, não tínhamos a certeza se o Governo não iria continuar a insistir, por isso é que ainda continuámos a manter isso como um cenário, mas não como a solução de viabilização do Banco, pelo menos dos ativos produtivos do BANIF. A informação que tínhamos recolhido até à meia-noite indicava que essa era uma hipótese que Portugal

ainda gostaria e quererá validar e da qual não queria desistir, o que também não se veio a verificar, pois o assunto já estava enterrado.

Esse *e-mail*, que não conhecíamos, da Sr.^a Diretora Geral, arrumava o assunto de forma definitiva.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O facto de não terem acesso a esse *e-mail*, tal qual não deviam ter, de facto, também mostra que não fizeram nenhum esforço para confirmar a notícia.

Portanto, ou não tinham a mínima noção do melindre das questões que estavam a tratar e acharam que dizer que a parte boa do BANIF ia para a Caixa Geral de Depósitos e que as pessoas que lá tivessem mais de 100 000 euros iam perder o dinheiro era uma coisa que se podia dizer levianamente, ou, então, há uma intenção.

É que só há uma destas duas explicações, Dr. Sérgio Figueiredo: ou não faziam a mínima ideia do que estavam a fazer, achavam que podiam dar notícias desatualizadas sem confirmar com ninguém, sem ligar ao Banco de Portugal, sem ligar ao Governo da República, sem ligar à administração do BANIF, e disseram qualquer coisa do género: «Mete aí, tens isso aí por escrito, mete aí e, depois, a gente logo vê o que é que isto dá...». E, entretanto, isso provocou uma fuga de liquidez muito substantiva no Banco.

A outra opção é um pouco pior, mas, em qualquer das duas, há uma coisa que é muito evidente: foram negligentes! E importa agora apurar o grau de negligência. Negligentes é o mínimo que se pode aqui dizer que a Redação da TVI e os seus responsáveis foram.

Agora, quero fazer-lhe uma pergunta: «A parte boa vai para a Caixa Geral de Depósitos» – isto era o que se lia no rodapé. Consegue depreender daqui, disto que lhe li, que a TVI estava a colocar isto como um cenário?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Está a fazer-me a mesma pergunta de outra forma.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Isto é um cenário?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, já lhe disse que a informação que a TVI tinha quando a colocou não era como cenário; era a proposta que o Governo português tinha feito...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas, repare, não confirmou essa notícia e, portanto, não tinha que a dar como um facto.

Ainda por cima, sabia que a carta onde se falava da Caixa Geral de Depósitos e a que a TVI teve acesso é de 4 de dezembro. Repito: de 4 de dezembro! Portanto, o risco de estar desatualizada era muito elevado. E já nessa carta de 4 de dezembro...

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Mas eu não lhe disse que tínhamos tido acesso a uma carta de 4 de dezembro, pois não?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É a única que fala da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Tirou essa ilação por si.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Repare: é a única que fala da Caixa Geral de Depósitos, é o único documento trocado entre o Banco de Portugal e o Governo que fala da Caixa Geral de Depósitos. Os outros documentos são mais antigos. Esta é a mais recente, há outras...

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Percebo o que está a dizer e o que está a tentar fazer, que é fatiar a informação para ver se em cada caso chega a uma fonte. Começou pelo Banco de Portugal e, agora, estamos num outro plano.

Não vou afunilar essas respostas, de maneira a fazer aquilo que não pretendo fazer, e não vou fazer, que é revelar as fontes de informação.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O senhor só está obrigado a proteger as fontes de informação se as notícias e se a informação forem verdadeiras.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Certo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E, neste caso, não está. E essa opção tem consequências. A opção de não falar verdade, tem consequências.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Tudo bem. E eu sujeito-me às consequências. Já disse isso nesse programa e volto a dizê-lo aqui.

Agora, a questão é esta: está a presumir aquilo que eu também não disse, que é que tudo o que foi publicado vinha em fonte documental; ou, ao contrário, que tudo o que foi publicado vinha de fonte oral ou de conversas que não tinham suportes documentais.

O que eu disse foi: a notícia assenta fundamentalmente, mas não exclusivamente, em bases documentais.

Não lhe vou dizer, peço desculpa, qual das componentes da notícia veio de uma forma ou de outra.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pois claro. Não nos diz absolutamente nada, é o que é!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Acho que já teve pior aqui.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não é isso. É que, ao dizer que assenta tanto em base documental como em base não documental, está a dizer-nos que não nos diz absolutamente nada.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Está a pedir-me para revelar fontes e documentos nos quais assentaram...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não lhe estou a pedir para revelar fontes jornalísticas. Estou a perguntar-lhe quais eram as informações que tinham e quem vo-las transmitiu. É isto que estou a perguntar.

Essas informações eram falsas. À data em que foram divulgadas, eram falsas. O jornalista não está obrigado a salvaguardar e a proteger fontes que tenham veiculado informações falsas.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Peço desculpa, mas, no que diz respeito à Caixa Geral de Depósitos, a informação não era falsa.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A informação era falsa, Dr. Sérgio Figueiredo!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, se fosse falsa...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não estamos a falar de uma matéria de opinião. Aquela notícia, no dia 13 de dezembro, era objetivamente falsa!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Ó Sr. Deputado...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Quer que eu lhe leia a notícia? «A parte boa vai para a Caixa Geral de Depósitos», diz a notícia.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Tenho-a aqui à minha frente, eu sei.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Em primeiro lugar, o Banco não tinha nenhuma parte boa.

Risos.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Em alguma coisa, estaríamos de acordo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira concluir porque já ultrapassou o seu tempo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tenho de terminar.

Em segundo lugar, ela não ia para a Caixa Geral de Depósitos. No dia 13 de dezembro, isso não estava em cima da mesa e, portanto, é falso.

Gostaria de terminar com uma pergunta sobre uma matéria a propósito da qual também era muito positivo que conseguíssemos dissipar quaisquer dúvidas.

Tendo em conta que o grupo empresarial da empresa em que trabalha é participado pelo banco que adquire o negócio do BANIF, que factos concretos nos pode dar – não são matérias de opinião, nem defesas da honra, nem as alterações como as que ensaiou na televisão – para que esta Comissão de Inquérito tenha a certeza absoluta de que não houve qualquer tipo de instrumentalização da TVI e dos seus trabalhadores para uma fuga de liquidez que retirasse a liquidez necessária para a constituição de um banco

de transição e que obrigasse o Banco a ser vendido no mesmo dia a um dos acionistas do grupo económico que detém o canal de televisão para o qual trabalha?

Esta dúvida, a não ser perante factos, persistirá sempre, independentemente da forma inflamada como reagiu na televisão, fazendo crer que alguém lhe estava a dirigir uma acusação. Não se trata disso; aponte-nos os elementos que nos possam fazer dissipar qualquer dúvida sobre essa matéria.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Então, para que fique claro, Sr. Deputado... Até posso entender por que é que me faz essa pergunta. E se reagi como reagi...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter ligado o microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Se quiser, podemos ser mais circunspectos. Mas, já que fez referência à forma inflamada como reagi, estava a tentar enquadrá-la. Se me permitir, acho que não estou a abusar.

O que está implícito nessa questão – e é isso que pedia que compreendesse –, o que está a sugerir é que há um grupo de jornalistas, em Portugal, que recebe uma instrução da sua administração, que, por sua vez, está a cumprir uma ordem de um acionista que, supostamente, estará na casa-mãe, em Madrid, para que uma determinada notícia seja veiculada, independentemente de ela ser verdadeira ou falsa.

O que lhe peço que compreenda é que, mesmo que não o faça com essa intenção, isso insulta a Redação toda, não só o seu diretor, e cumpre-me defendê-la. É que não é essa a Redação que tenho e não foi esse o processo que aconteceu.

E, se quer que lhe diga, a única aproximação que fiz, até agora, relativamente à revelação de fontes, foi perguntar – porque essa pergunta, sim, fiz aos meus jornalistas – se, por um acaso, uma das várias origens da informação que recolhemos como matéria-prima tinha vindo dessa instituição bancária.

Eu disse-lhe, na altura, aquilo que aqui repito, isto é, que não veio qualquer informação do Santander. A minha Redação nem sequer sabia que o Santander tinha feito uma proposta, e eu muito menos. E o que lhe disse também na altura, e que repito aqui, é que a única prova que lhe posso dar é a minha palavra, e talvez este raciocínio lógico: mais facilmente isso poderia ter acontecido através de mim do que através dos meus jornalistas. Ou seja, essa cadeia, essa sequência que sugere na associação que fez é mais fácil ser feita pela única pessoa que, dentro da Redação, ocupa um lugar de confiança da administração, que é o Diretor de Informação.

Ora, como não foi esse o circuito, a única coisa que lhe posso dar é a minha palavra, não tenho mais nenhuma prova que lhe possa apresentar aqui. É livre de acreditar ou não acreditar nela.

O Sr. **Presidente**: — Concluída a primeira ronda, está na altura de fazer o ponto da situação.

Pergunto se alguém prescinde da segunda ronda.

Pausa.

Assim sendo, não havendo quem prescinda, haverá segunda ronda.

Na segunda ronda, cada grupo parlamentar dispõe de 5 minutos, sendo a pergunta feita por uma só vez.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, à semelhança do que já se passou noutras audições, penso que há acordo e que seria mais útil que a segunda ronda pudesse ser de pergunta/resposta, por uma questão de podermos direcionar melhor. E acho que há um acordo para isso.

O Sr. **Presidente**: — Já fizemos isso em benefício de prescindir da terceira ronda. Por mim, obviamente, não haverá oposição. Se houver consenso no sentido de que esta ronda possa ser nos mesmos termos, muito bem.

Pausa.

Também acho que é mais útil fazermos pergunta/resposta, porque, não sendo assim, há sempre perguntas que ficam por responder.

Sr. Dr. Sérgio Figueiredo, se sentir necessidade de fazer uma pausa, ou se alguém sugerir que se faça, fá-la-emos.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Por mim, podemos continuar.

O Sr. **Presidente**: — Faremos, então, uma segunda ronda de pergunta/resposta. Como sabem, dispõem de 5 minutos. Depois, se houver ainda alguma questão que alguém queira suscitar, veremos como fazer.

Tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Sérgio Figueiredo, eu não esperava chegar à segunda ronda no estado de alma em

que estou. Acho que não foi um bom dia para a comunicação social, nem para a política. E se não foi um bom dia para a comunicação social, nem para a política, não foi um bom dia para a Democracia.

Percebi o recado do Dr. Sérgio Figueiredo, quando disse, há pouco, que não me escolheria para jornalista se tivesse oportunidade de o fazer. Percebi o recado e assumo-o na sua plenitude.

Deixe-me dizer-lhe que, pelo menos até ao começo desta reunião, eu, se alguma vez tivesse domínio num órgão de comunicação social – nunca se sabe o que o futuro nos reserva – escolhê-lo-ia sem dúvida alguma para o dirigir, se fosse caso disso, dado o seu currículo e, embora não o conheça pessoalmente muito bem, aquilo que ouvi sempre dizer do seu trabalho.

Temo é que alguma dessa boa impressão tenha caído aqui – e até penso que não deve ter sido só para mim. Eu estava na firme convicção de que nos dissesse qualquer coisa, tal como que não faria hoje aquilo que fez no dia 13 de dezembro, mas o Dr. Sérgio Figueiredo fez o contrário, isto é, insistiu, reincidiu e até usou outro tipo de instrumentos, acusando tudo e todos – políticos e partidos – de processos de intenções e fez uma série de outras acusações que, confesso, de tão confusas que foram, não percebi bem.

Ficou aqui provado, Dr. Sérgio Figueiredo, que nem sempre o ataque é a melhor defesa.

Queria fazer-lhe algumas perguntas, sendo que a primeira tem a ver com algumas declarações que fez, nomeadamente à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, quando disse que a Entidade Reguladora para a Comunicação Social não levantou qualquer processo.

A minha pergunta é esta: houve ou não algum procedimento administrativo levantado pela Entidade Reguladora em que a TVI tinha sido ouvida?

A segunda questão é a grande questão disto tudo e que também se prende com aquilo que disse...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, considera que a pergunta está feita, para já? Depois pode prosseguir.

Pausa.

Presumo, pelo silêncio, que não há resposta.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Há resposta, há.

Sr. Deputado, para que fique também claro, já que coloca as questões no plano pessoal...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não, não! No plano profissional.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — ... não há nenhuma animosidade... Está bem, mas isso não é pessoal, é profissional, por amor de Deus. Eu Não fiz considerações sobre a sua qualidade enquanto Deputado...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sim, sim.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Enquanto Deputado?! Como?!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Posso responder?

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado não está cá para responder, antes para perguntar. Mas, tendo sido interpelado dialeticamente, o Sr. Deputado é que entenderá como é que usa da palavra.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Então, em obediência à dialética, neste caso parlamentar, quando disse «tenho muito boa impressão de si, nem percebo o que é que está para aí a dizer...». Trata-se de uma consideração pessoal, e até fulanizada, como é evidente.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — A primeira frase foi a de que tenho boa consideração por si... Não sei como é que isso é um insulto, mas tudo bem. Estamos suscetíveis e eu percebo, também estou. Não deve imaginar que estou propriamente aqui com a disposição de quem está numa conversa descontraída, de café. Dispensaria este momento, porque teria dispensado muito a razão que nos traz aqui e isso acho que é uma coisa que nos coloca a todos do mesmo lado da barricada. As referências políticas e partidárias que fiz têm a ver só e simplesmente com o facto de, neste caso concreto, o Estado ser acionista e eu gostava de ter visto uma maior vigilância no cumprimento desse papel, que foi, no mínimo, inconsequente.

Relativamente à pergunta que me faz, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social recebeu queixas de particulares e, através dessas queixas, endossou, por escrito, uma notificação à Direção de Informação, pedindo um conjunto de esclarecimentos, que lhes foram dados, à data. É isso, não mais do que isso.

Também posso dizer que em nenhum momento da questão, da carta, ou da notificação que nos foi colocada há considerações da mesma natureza das que a Deputada Mariana Mortágua me colocou. Por isso é que fiz referência à Entidade Reguladora para a Comunicação, que não me questionou sobre processos deontológicos com aquele detalhe e aquela insistência que a Sr.^a Deputada estava a colocar.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas, independentemente do teor das tais insinuações que refere da Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, a

TVI foi ouvida em procedimentos administrativos da Entidade Reguladora. Portanto, não foi exatamente isso que disse. A TVI foi ouvida. Disse diretamente à Deputada que não, por isso é que estou a perguntar.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — O que eu disse, e isso deve estar registado, se não o disse com essa clareza..., foi que a natureza das questões que estavam a ser colocadas não tinham sido dirigidas pela entidade de regulação, que eram o cumprimento do Código Deontológico e de regras que estão estipuladas no Estatuto do Jornalista.

O que a Entidade Reguladora fez, no âmbito das suas funções, foi tentar apurar factos que estavam na origem da notícia. Desse ponto de vista, a Entidade Reguladora não nos colocou questões até muito diferentes daquelas que a própria CMVM nos colocou.

Portanto, tinha mais a ver com o objeto da notícia e não tanto com o processo de construção da notícia.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Tem conhecimento da existência de alguma deliberação da Entidade Reguladora nesse procedimento?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Julgo que se essa deliberação existisse já me tinha chegado e, até à data de hoje, não recebi.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Na última intervenção desta ronda, o Sr. Deputado Miguel Tiago fez uma afirmação da qual penso que grande parte dos Deputados desta Comissão partilhavam: a ideia de que a TVI foi instrumentalizada, isto é, alguém, eventualmente, alguma das fontes não documentais ou aquelas que facultaram os documentos, tinha uma

determinada ideia – não interessa agora qual era a ideia – e usou a TVI para atingir determinados fins.

Não considera, ao fim deste tempo todo, que isso tenha acontecido?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, por uma razão: porque o processo não começou naquela noite. Como digo, havia, há muito tempo, muitos jornalistas de vários órgãos de comunicação social a fazer perguntas e a tentar obter informação relevante sobre o que se estava a passar no BANIF.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Peço desculpa de o interromper, mas, por exemplo, no dia seguinte saiu uma notícia no *Público*, amplamente desenvolvida, totalmente fundamentada, mas que nada tem a ver com o que passou em rodapé na TVI nem com o que passou na *25.ª Hora*.

Portanto, numa consigo visualizar jornalismo prudente e sadio, aquele que ajuda à Democracia, e na outra, com toda a sinceridade, não consigo ver isso.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — É a sua opinião... Eu, pelo *Público*, não posso responder! Estou aqui como Diretor de Informação da TVI. Provavelmente, o *Público*, que faz uma notícia assinada pela jornalista que há mais tempo faz banca e que andava a investigar esse caso, como outros, já há muito tempo, não tinha os documentos que nós tivemos. Não faço a mínima ideia. E se os tinha não os validou... Não faço consigo responder...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Até tinha mais, isso vê-se na notícia.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Pois, não sei.

A pergunta era?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — A pergunta era se considera que a TVI foi instrumentalizada.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, não considero. Primeiro, porque não chegámos ao assunto nesse dia e não tenho nenhuma evidência, até hoje, de que aquilo que foi noticiado fosse factualmente usado para acudir a interesses particulares, nesse ponto de vista.

Do ponto de vista político-partidário, nem sequer entro nessa discussão, porque não é a minha, sendo certo que, quando alguém, sob anonimato, coloca notícias nos jornais e nas televisões alguma intenção tem.

Portanto, também não somos ingénuos ao ponto de acreditar que um senhor que entrega numa garagem ou num parque de automóveis documentos que desencadeiam o Watergate não tinha um objetivo concreto. Não estou a comparar, só estou a dizer que...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Está, está.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, não estou. Estou a dizer que fontes de informação...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E que comparação...!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Como?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E que comparação...!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — É só como exemplo. Não há qualquer comparação possível. Já falámos dos *Panama Papers*, que foi um processo idêntico. Aquela fonte que mantém anonimato alguma razão e interesse terá tido para ter feito chegar à comunicação social um conjunto de documentos.

O que estou a dizer é que isto é uma prática. Estou a usar estes exemplos como casos em que há práticas recorrentes, que não se esgotam no caso BANIF e que vão continuar, que são as de os órgãos de comunicação social serem usados para objetivos e finalidades de quem está a passar essa informação,...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não foram, neste caso?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — ... sendo, objetivamente, nossa função não nos deixarmos ser usados, não nos deixarmos ser pressionados, permitirmos que a informação que seja veiculada seja fidedigna e verdadeira.

Não somos padres, não somos juízes, não julgamos as intenções das pessoas. A única coisa que posso garantir, ao fim de alguns anos de profissão, que, pelos vistos, conhece, é que nada disto acontece se não for assente em bases de confiança. Não pode acontecer, porque é a nossa própria sobrevivência que está em causa, é a nossa própria sobrevivência enquanto profissionais, porque fontes de informação que nos usam utilizam para seu próprio benefício, seja ele de que natureza for, e que nos enganam com isso, como disse há pouco, ou acaba ali, ou é denunciado, ou, então,...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E não acabou ali?!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Como não acabou ali?!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD). — Isto é, o reconhecimento e a confiança que tem em relação à fonte ou fontes não acabou ali. Considera que ela é merecedora de toda a confiança?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sr. Deputado, uma coisa posso garantir, e repito o que disse há pouco: se eu, como Diretor de Informação da TVI ou, nós, Direção de Informação da TVI, percebêssemos que a estação tinha sido utilizada como instrumento do que quer que seja, para atingir os fins que fossem, através de informação falsa, em antena, perante os nossos espetadores, faríamos a denúncia da fonte. Era essa a nossa obrigação...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD). — A isso são obrigados, até pelo Código Deontológico. Quando a informação é falsa, não apenas cessa o dever de sigilo da fonte como o jornalista tem a obrigação de a divulgar.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sim. O facto de ser obrigado não quer dizer que aconteça. E nós sabemos que não é uma prática comum, não é todos os dias que factos e notícias que não estão certos têm os respetivos diretores desses órgãos de informação a dizer que a fonte foi aquela e que fomos usados para aquilo... Portanto, não estamos a falar...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD). — Mas, a partir do momento em que diz, e reitera, e fê-lo sempre ao longo desta tarde, que a informação não era falsa, então, o problema não se coloca.

Deixe-me fazer-lhe só mais uma pergunta. O facto de existir um processo de venda voluntária que iria terminar no dia 18, isto é, num momento particularmente agudo e sensível do processo do BANIF, em que faltava uma semana e decorreriam negociações com várias entidades tendo

em vista o sucesso dessa venda voluntária, isso não o fez querer confirmar da melhor maneira possível aquilo que se estava a passar?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não tenho outra forma se não repetir pela terceira vez aquilo que já disse nesta Comissão: o critério da oportunidade da notícia não é meu; é o da verdade, independentemente do momento em que esses factos e essa verdade nos chegam.

Portanto, eu não faço, não posso fazer esse exercício de cálculo, porque não é essa a minha obrigação nem é essa a minha função. Eu não sou gestor, não sou regulador, não sou governante e, logo que a informação chega à Redação e que está apurada, a minha obrigação é divulgá-la. Não é conservá-la, não é adiá-la, não é...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Peço desculpa, a sua obrigação não é divulgá-la; é confirmar a notícia! Não é passar imediatamente para a divulgação. Existem processos prévios que garantem a veracidade da informação e era isso que estava em causa e, ao não o fazer, violou desde logo o artigo 14, n.º 1, alínea e) da segunda parte do Estatuto do Jornalista e abalroou o ponto n.º 1 do Código Deontológico.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Depende...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não depende. É mesmo assim.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Depende do que está a falar. Se está a falar às 22 horas e 18 minutos eu aceito discutir consigo. Como para mim esta notícia é um processo e, às 23 horas e 6 minutos, tudo aquilo que nós

afirmámos estava comprovado e está confirmado, faço uma interpretação diferente da do Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas o facto de estar constantemente a emendar a notícia e a renovar um conjunto de factos que vão sendo sucessivamente, sete vezes, emendados, isso viola também o artigo 14.º, n.º 1, alínea *a*) do Estatuto do Jornalista e, novamente, o ponto n.º 1 do Código Deontológico.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não emendámos.

Considero que atualizámos e acrescentámos informação e aquilo que se veio confirmar que não era executado, não era como estávamos a dizer, foi, pura e simplesmente, anulado.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Só para terminar, Sr. Presidente.

Obviamente que a notícia da TVI não foi o único fator para o desfecho do BANIF. De facto, o BANIF estava com problemas há já bastante tempo, mais do que um Governo estava a tentar resolvê-los, mas, naquele momento, existia um processo de venda voluntária e o exercício de prognose, nessa altura, sobre um efeito extremamente perturbador, consubstanciado na saída de depósitos comonexo de causalidade daquilo que aconteceu da notícia, que liquidou as possibilidades de êxito do processo de venda voluntária, é a primeira consequência da notícia da TVI.

O segundo fator tem a ver com o recurso ao ELA, que foi em 15 de dezembro.

O terceiro fator tem a ver com a decisão do BCE, de 16 de dezembro, de perda de estatuto de contraparte, onde se cita exatamente a perda da estabilidade financeira e a perda de liquidez do BANIF nos últimos dias.

O quarto fator, o considerando n.º 11 da deliberação do Banco de Portugal, da própria resolução, diz que a decisão tinha de ser tomada, porque os acontecimentos dos últimos dias diziam que o banco era *likely to fail*.

Por último, aquilo que já lhe disse, o considerando n.º 4 da mesma resolução.

Portanto, nós não sabemos aquilo que poderia ou não ter acontecido se a notícia tem sido evitada ou tem sido dada com mais cuidado, mas sabemos, e disso não temos dúvida nenhuma, aquilo que aconteceu e onexo de causalidade entre a notícia e estes últimos factos que acabei de referir.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Eu só acrescento que tomo nota do libelo acusatório do Sr. Deputado, mais nada acrescentando.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar ao Partido Socialista.

Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, tem a palavra.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Tenho um conjunto de perguntas curtas, porque, neste momento, não me parece muito útil andarmos à volta da questão de saber – e isso pode ser dirimida noutros locais – se a TVI cumpriu ou deixou de cumprir o Estatuto do Jornalista. Seguramente que há entidades mais habilitadas para o fazer.

Para além da notícia, nós já conhecemos documentos, *e-mails* trocados, e, sem que revele fontes, naturalmente, tenho de lhe fazer um conjunto de perguntas, porque apontou a carta de dia 12 de dezembro, que conhecemos, aliás, até há duas cartas de 12 de dezembro, uma do Sr. Governador do Banco de Portugal para o Sr. Ministro das Finanças e há

outra, presumo que também do Banco de Portugal para a Direção Geral da Concorrência.

Portanto, há duas cartas de dia 12 e não uma e que estão disponíveis para aos Srs. Deputados.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Duas cartas?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Há duas cartas de dia 12 de dezembro em inglês, uma do Banco de Portugal para o Ministério das Finanças e uma do Banco de Portugal para a DG Comp. Há duas cartas de dia 12, mas percebemos que a carta a que o Sr. Doutor faz referência é a carta entre o Banco de Portugal e o Ministério das Finanças.

Há pouco, o Sr. Deputado João Pinho de Almeida falou do ponto 10, mas não acabou de o ler todo, sendo que a seguir àquilo que disse havia um «ou» que tinha a ver com a possibilidade de o auxílio de Estado temporário ser declarado ilegal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não tira nada à pergunta!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não, não. Eram as duas condições, não era a única haver apenas um incidente.

Por isso, tenho de fazer algumas perguntas: os senhores sabiam que a data da entrega das propostas vinculativas era dia 18 de dezembro?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Eu, pessoalmente, não, e julgo que a equipa também não.

Essa informação, pelo menos no que estava em causa na elaboração da notícia, não me foi relatada nem divulgada na própria notícia. Portanto, a resposta é não.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Pergunto se também não sabia que esta data de 18 tinha sido alterada, porque inicialmente ela é comentada como sendo do dia 15 de dezembro.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, a única coisa que sabíamos relativamente a prazos, para além dos regulamentares, é que havia uma enorme pressão de Bruxelas para que o assunto fosse arrumado bastante antes do dia 31, porque em período de férias Bruxelas, basicamente, para, e que havia uma grande pressão para que na semana seguinte – portanto, estamos todos a falar dos mesmos dias – o assunto fosse definitivamente arrumado, sob pena de no dia 1 de janeiro entrarem em vigor as novas regras de um *bail in* e de um mecanismo europeu de resolução.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Eu posso assumir como facto que a Redação da TVI sabia que havia uma forte pressão para que o assunto fosse resolvido nessa semana?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Isso é absolutamente seguro e adquirido.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Outra questão: da análise que fazemos às notícias, ao *ticker*, e para quem conhece os *e-mails* e as cartas que são trocadas – e ainda hoje o Banco de Portugal nos entregou mais informação – parece-nos que a fonte não pode ter sido única.

Pergunto: a fonte que constrói, por exemplo, estas três partes do *ticker* das 22 horas e 18 minutos é a mesma?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Acho que já tinha deixado claro que não há uma única fonte e a origem da informação não é exclusivamente oral. Eu até disse o contrário, que fundamentalmente a informação baseia-se em documentação e que foi complementada antes, durante e depois com fontes sob anonimato, mas devidamente informadas e que merecem crédito da Redação.

Portanto, a resposta é não. Não foi uma única fonte.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Da evolução que nós vemos das 22 horas e 18 minutos até às 23 horas e 6 minutos, por aquilo que conhecemos hoje, a notícia vai aproximando-se da solução final, mas com uma única parte – que, como disse, e bem, o Sr. Deputado Miguel Tiago, no dia 13 de dezembro já estava posta de lado –, que era a questão de recorrer à Caixa Geral de Depósitos.

A fonte que lhe permitia escrever isto às 23 horas e 6 minutos era apenas documental?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, não. Pelo que ficou implícito e julgo que até explícito, essa fonte não poderia ser documental porque havia documentos que não eram do nosso conhecimento na altura que já davam o assunto por encerrado.

O que nós também não conseguimos apurar foi se o Governo... Pelo contrário, tínhamos a sensação, ou a noção, ou a informação de que Portugal ainda iria insistir nessa solução, facto que não se veio a confirmar.

Portanto, ela foi colocada como uma hipótese que não estava confirmada, porque nós não tínhamos acesso ao documento, que julgo que foi por *e-mail*, da Diretora Geral para o Ministério das Finanças, datado do dia 8, salvo erro.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Por fim, para mim, como relator, é relativamente importante, porque eu fiz há pouco a pergunta que talvez não tenha sido completamente compreendida pelos meus pares, aqui, sobre a carta de dia 12.

O que eu gostaria que ficasse claro como facto é que a Redação da TVI associou resolução a fecho e eu pergunto se confirma esta leitura, ou seja, se a notícia da TVI sobre fecho associa fecho a resolução.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sim. Correto.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem.

Queria ainda voltar aos *tickers*. A questão dos depósitos acima de 100 000 euros seria verdade a partir de 1 de janeiro de 2016. O Sr. Doutor fundamentou este *ticker* ou a análise deste ponto, porque ele aparece em vários desde as 22 horas e 18 minutos até às 23 horas e 6 minutos, com a leitura que fazia da legislação.

Faço novamente a pergunta: isso tem a ver com a leitura da legislação ou a Redação da TVI, por alguma deficiência de entendimento de comunicação que podia acontecer, não percebeu que isto seria verdade apenas a partir de 1 de janeiro de 2016?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sim. O que houve foi uma má interpretação dos documentos e das informações que tínhamos recolhido que apontavam para essa situação e, pelo que sei também – e não falo como relator pessoal daquilo que vivi, mas dos factos, do que fui apurando – como disse e volto a repetir, até hoje não questionei os meus jornalistas sobre as fontes que tinham. Não era para me proteger; é porque confio e porque é essa a minha prática, a não ser que sejam inexperientes, o que não era o caso...

O facto é que a interpretação que foi feita não era uma interpretação que estava validada, mesmo com a informação disponível e com o cruzamento das várias fontes que, pelo facto de não ter sido trabalhado só por uma pessoa – porque várias pessoas da Redação, como disse, estavam dentro, mas sobretudo fora, a fazer contactos, a acrescentar e a apurar mais informação –, tornava essa possibilidade impraticável.

Foi do cruzamento dessas informações, todas de várias origens e de vários produtores de informação, durante essa noite, que nos levou a retirar essa referência aos grandes depositantes e, já no fim da noite, a afirmar justamente o contrário disso, porque também tínhamos a certeza do que iria acontecer, o que o Sr. Primeiro-Ministro no dia a seguir, salvo erro, no máximo na terça-feira de manhã, acabou por confirmar, que era a salvaguarda de todos os depósitos.

O Sr. Eurico Brillhante Dias (PS): — Como questão final, tenho de lhe fazer esta pergunta.

Nós já ouvimos muita gente: ainda ontem estiveram aqui os lesados do BANIF, gente humilde que perdeu poupanças de uma vida de trabalho e são pessoas que perderam pequenas poupanças; tivemos aqui os trabalhadores do BANIF, que muitos deles estão com o seu posto de trabalho em causa; ouvimos a anterior administração e quase todos eles são consensuais num ponto – e eu gostaria que fizesse essa avaliação – que é o seguinte: sem prejuízo de todos os fatores que têm vindo a ser aduzidos nesta Comissão de Inquérito, a notícia da TVI teve um impacto substantivo na liquidez do Banco. Consegue assumir isso? Pensa que isso é um facto apurável para esta Comissão?

O Sr. Dr. Sérgio Figueiredo: — Sr. Deputado, a notícia tem uma data e há uma evolução da posição de liquidez do Banco que está registada e

documentada. Portanto, estar a «tapar o sol com a peneira», para além de ser um exercício inútil, não é o meu desporto favorito.

O que pretendi aqui dizer – e, se não ficou claro, agradeço a oportunidade –, é que, sim, há uma aceleração de levantamentos a partir de segunda-feira, sendo que também admito que a notícia tenha uma correlação com esse comportamento, porque, apesar das atualizações que foram feitas e de nós, no fim do dia, afirmarmos que todos os depositantes estavam salvaguardados em qualquer dos cenários, o que eu quis dizer há pouco foi que, depois, houve segunda-feira, houve terça-feira, houve quarta-feira... até sexta-feira e os novecentos e não sei quantos milhões de que se falam de levantamentos não devem, porque do meu ponto de vista não é intelectualmente honesto, ser atribuídos diretamente à notícia, porque vários eventos e vários factos aconteceram depois disso.

Se houvesse um desmentido formal, taxativo, inequívoco da notícia, seria estranho que esse movimento continuasse e é isso que me leva a sustentar que os depositantes fugiram de uma história, não fugiram de uma notícia. Os depositantes assustaram-se com uma situação que não foi criada pela notícia da TVI, mas para a qual foram alertados, o que é uma coisa completamente diferente. E, como é evidente, eu tenho de assumir essa responsabilidade, porque, senão, limitamos o exercício do jornalismo a um papel de papagaio ou de mero transmissor de informação.

Nós temos uma intervenção com conteúdo, com critérios, por isso é que há posicionamentos editoriais diferentes, não é tudo igual, há quase que uma função – desculpem-me a expressão, mas dado o adiantado da hora, não é brejeira –, que é quase a de um porteiro da discoteca que decide quem entra e quem não entra em função do aspeto das pessoas...

Nós temos esse filtro e temos essa capacidade. É uma capacidade que nos dá um poder e, por detrás desse poder, há uma responsabilidade e qualquer pessoa que não entende isto não está em condições de exercer a sua

profissão, nem de estagiário e, muito menos, de direção de um projeto de informação que impacta milhões de vidas todos os dias.

Dito isto, e como, infelizmente, não estamos a falar da primeira situação que nos ocorre no sistema financeiro nos últimos seis anos – salvo erro, é a terceira – e que é uma frustração para todos nós, qualquer que seja a função que exerce e isto nas funções que vocês exercem, estejam ou não no poder, é um problema do País, o meu ponto é que o papel da comunicação social num processo em que, como não são os jornalistas que gerem bancos, não são os jornalistas que regulam bancos, não são os jornalistas que decidem sobre soluções a dar a bancos, me parece excessivo estar a fazer este raciocínio linear e mecânico, que é: havia a oportunidade ainda de uma venda que, por acaso, ninguém tinha conseguido fazer antes, faltavam dias, havia quatro candidatos, há uma notícia e uma fuga de depósitos, logo, o fim do BANIF foi ditado por aquela notícia.

Quando digo que reconheço e tenho melhor consideração por todos nós aqui é porque também acredito que ninguém acredita nisto, ninguém acredita que seja uma coisa tão simples.

Pergunta-me: se a notícia não tivesse sido dada, teria havido a fuga de depósitos que houve naquela semana? Não sei! Sinceramente, nenhum de nós pode dizer que sim ou que não. O que posso dizer é que tenho pena que, nos casos passados, o jornalismo não tenha, com risco, expondo-se e passando por situações desagradáveis como aquelas por que estamos a passar, dito, a tempo, que «o rei vai nu!»... É que também houve um tempo para evitar que pessoas humildes e com poucas posses tivessem, literalmente, deitado dinheiro para o lixo, e não foi a três meses ou a três anos de um acontecimento fatal como foi a falência de um banco.

O Sr. **Eurico Brillhante Dias** (PS): — E isso não teve nada a ver com a notícia?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — O que estou a dizer é que há aqui um histórico e há aqui uma função e isso não tem nada a ver com o sistema financeiro... Quer dizer, até tem, porque é uma vítima colateral do que aconteceu com o Banco Espírito Santo e com o Grupo Espírito Santo.

Quando o semanário *Expresso* dá uma notícia em que diz que a Portugal Telecom vai «arder» com 980 milhões de euros, vocês acham que não há noção do que aquilo significa? Não há noção de que aquilo, provavelmente, é o início do fim de um grande grupo empresarial e em que estão em causa milhares de postos de trabalho? Como, aliás, aconteceu. É evidente!

Agora, a opção não é não dar a notícia, porque não é conveniente. Quem decide o que é conveniente? Em que fórum é que vou pedir autorização para que a notícia saia ou não? No Parlamento, não é! No Ministério Público, não será! Na ERC, muito menos! Tenho de assumir essa responsabilidade. Ninguém está aqui, de uma maneira ligeira, a dizer que não, nós estávamos só de passagem.

Eu disse, não sei se desta forma ou não, que o BANIF já tinha entrado na Redação da TVI há muito tempo, mas tínhamos a noção de que, naquela noite, a TVI ia entrar na história do BANIF. Sabíamos disso! Fiz aqui um exercício de *mea culpa* – um exercício que é exatamente o oposto do que fui acusado, isto é, de arrogância, porque eu posso ser assertivo, acalorado, como várias pessoas nesta sala também o são, mas não acho que eu seja arrogante – e disse que, provavelmente, se nós tivéssemos tomado uma decisão mais radical, que era ter acabado com o programa sobre a bola, com o programa desportivo, chamado comentadores e jornalistas e feito aquilo que já fizemos várias vezes em várias circunstâncias, que é desalinhar a emissão e dar destaque e explicação, e não reduzir aquilo, durante 1 hora e 30 minutos, a quatro frases, provavelmente, hoje, não estaria a passar por

esta situação, não direi dramática, mas bastante incómoda que todos, particularmente eu, vivemos naquela Redação.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, queria relembrar aquilo que acho que é óbvio: é que nós não estamos a avaliar qual é a percentagem da fuga dos depósitos que se deve à notícia, nem tão-pouco qual é a percentagem da responsabilidade da queda do BANIF que se deve à notícia. Sou da opinião de que a falência do BANIF não tem a ver com a notícia da TVI, mas isto não quer dizer que não tenha havido um erro na primeira notícia que é dada.

E só há duas razões para um erro: ou é negligência e irresponsabilidade, ou então é um erro propositado. E, de formas diferentes, ambos são graves. E o facto de, até agora, não se ter admitido o erro, só o torna maior, porque parece que se está a tentar desculpar o que não tem desculpa, ou defender aquilo que é indefensável.

Portanto, mais valia assumir o erro, parece-me, pois a coisa teria tido uma dimensão muito menor, do que tentar insistir numa coisa que pode ter sido, mas, então, assumam-se que foi um erro.

Assim, cabe-nos, a nós, sem querer fazer acusações ou dramatizar o assunto, perceber se o erro foi um erro, ou se o erro teve outras causas. E como quem o fez, não admite o erro, torna-se difícil excluir ou perceber o que é que aconteceu aqui de facto. Esta era a introdução que eu queria fazer. Comentará, se entender, depois, a seguir à pergunta.

Há uma questão que, penso, ainda não ficou muito clara e que foi muito falada no início, mas que gostava que ficasse clarificada. No início,

falou da intervenção do Dr. António Costa — comentador ou jornalista, não sei muito bem em que qualidade... — na notícia.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Ele é jornalista.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A minha pergunta é se António Costa esteve na formação da notícia, enquanto jornalista.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Respondendo diretamente à questão, embora julgue que ele terá oportunidade de prestar os seus esclarecimentos quando for aqui chamado, o quadro de intervenção do jornalista António Costa nesta notícia foi exatamente aquele que reproduzi, até com detalhes que eram dispensáveis. Ele estava a assistir a um concerto de música na TVI, não foi lá por causa do BANIF, e nem levava roupa para entrar em antena nessa noite. Só o fez por minha solicitação, que aproveitei o facto de ele lá estar para lhe pedir que ele desse uma ajuda, e por sentir que eu estava com a equipa desfalcada, muito desfalcada, num domingo à noite na Redação – e isso não tem nada de condenável, porque ele tem carteira profissional, não era propriamente um transeunte que lá estava, um espectador a assistir a um espetáculo que nos deu uma ajuda.

Portanto, o António Costa ajudou a Redação no trabalho que levou ao apuramento da informação que estávamos a trabalhar nessa noite. E, portanto, sim, ele conversou com o Dr. Jorge Tomé e julgo que terá também recolhido mais informação para além dessa que o próprio Dr. Jorge Tomé aqui prestou.

Relativamente à consideração que faz, Sr.^a Deputada, sobre se admito ou não o erro, eu admiti o erro e disse que aquele comunicado que a direção de informação fez na terça-feira, de manhã, tinha essa função, a de dizer que

nem tudo foi feito de forma a que fosse claro, transparente e facilmente perceptível pelas pessoas.

Portanto, eu assumo o erro e quero que isso fique claro – agora, recuso a hipótese de erro premeditado. E tentei também, de forma descritiva, explicar o processo de elaboração da notícia e a forma como ela foi feita.

Há uma imprecisão no primeiro *ticker*, eu disse-o de várias formas e feitos. Agora, a negligência não significa desleixo – e esse era outro ponto –, porque nós não nos limitámos a deixar aquilo correr, até à noite, e ficar como estava; nós fizemos um trabalho, mesmo nas circunstâncias difíceis naquela hora e naquele dia, que permitiu que a informação, num curto espaço de tempo, evoluísse – e não sei se foram seis, se foram sete correções – e chegasse a uma forma final que era muito mais precisa e correta do que a inicial.

Mais ainda, o tratamento jornalístico desta história não acabou naquele dia. Não sei se se recordam, mas, no telejornal principal do dia seguinte, na segunda-feira, a ex-Ministra das Finanças esteve lá, durante 15 a 20 minutos, a dar a sua versão dos factos. O Sr. Ministro das Finanças não foi, porque não teve disponibilidade, o Sr. Governador também recebeu convite e não quis lá ir.

Nós próprios, quando percebemos da movimentação que estava a acontecer junto aos balcões do BANIF, sobretudo nas ilhas, tivemos tudo menos uma atuação incendiária: por decisão da direção, a notícia da fuga de depósitos não foi inflamada e deixámos de passar reportagens sobre as filas de pessoas que havia à porta do Banco, precisamente para não estar a alimentar um sentimento de pânico.

Nós não queríamos derrubar o BANIF, não era nossa intenção provocar o fecho – nem intenção, nem ação. Acho que alguma coisa aconteceu para que aquele Banco tenha tido o destino que teve. E quando eu disse que a TVI não se vê neste filme, não quer dizer que tenha sido mero

espectador, porque teve uma intervenção no último segundo de um filme com três anos. E, infelizmente, a má gestão, porque o Banco era péssimo – e podia repetir agora várias frases e vários adjetivos, aqui usados nas audições que esta Comissão de Inquérito já realizou –, levou à medida de resolução do Banco.

É tão simplesmente isto! Não sei se respondi, se é suficiente...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não acho que um cenário seja um facto.

Portanto, o cenário de a TVI poder ter feito isto propositadamente não é um facto, porque não foi comprovado. E é um facto que a segunda ou a terceira notícia é muito mais correta do que a primeira. O facto que me falta aqui, e que acho que é verdade, mas que ainda não consegui que conseguisse comprovar, é que a primeira não teve confirmação, não foi confirmada, não teve contraditório, não se ligou para ninguém a confirmá-la. E esse é o facto que acho que falta e que não existe ainda.

E associava esta a uma outra questão: deduzo, pela resposta que deu, que o Dr. António Costa fez, pelo menos, telefonemas e confirmações, ao longo do processo e, portanto, participou na construção da notícia.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não estive na origem da notícia, porque ela chegou a mim antes de ter chegado a ele, porque ele soube por mim o que iria acontecer. Nos momentos seguintes, sim.

Fui eu que lhe liguei e que lhe pedi ajuda. E, a partir daí, ele esteve a trabalhar dentro da equipa e a fazer os contactos que nós precisávamos de fazer e a recolher as informações que foram depois usadas na reportagem na peça que abriu o jornal à meia-noite.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mais uma vez, e porque o que queremos são factos e não cenários, a pergunta que lhe vou fazer é uma pergunta genuína, ou seja, é uma dúvida honesta, é uma informação que quero confirmar – e, se não for verdade, ainda bem: o Dr. António Costa trabalha para a Media Capital desempenhando outras funções que não meramente as de comentador ou jornalista, nomeadamente na comercialização de projetos comerciais? Isto é verdade ou não é verdade?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — De projetos comerciais para a TVI?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Para a Media Capital, ou seja, se vende produtos da Media Capital.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, não é verdade.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, tem unicamente a função de jornalista e de comentador?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — O Dr. António Costa, como outros, é um colaborador da TVI, que, para além de fazer comentário económico – sobretudo, económico – em antena, nos ajuda a montar conferências como aquela que se realizou ontem. Isso não é uma atividade comercial, é uma atividade editorial, como ontem se comprovou.

Pedi-lhe essa ajuda pela experiência que eu próprio tive – praticamente fui eu que lancei essa atividade no *Diário Económico* quando lá estive, e ele desenvolveu-a e ampliou-a –, na realização de conferências que têm evidentemente conteúdo editorial. Se me diz que tem receitas, tem, como tem receitas qualquer atividade jornalística num órgão de informação privado, que vive disso. Em alguns casos, são patrocínios; quando é em antena, é

publicidade. Mas não é ele que faz a venda dos patrocínios, é o departamento comercial da TVI que o faz, como faz a venda dos espaços nos blocos publicitários que temos, entre os blocos informativos e entre os jornais da TVI24 e a grelha da generalista.

Portanto, ele não exerce nenhuma atividade incompatível com o exercício do jornalismo, que eu saiba e naquilo que é a sua relação com a Media Capital.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Aceito a resposta. A pergunta foi sem resposta. Portanto, é isso mesmo.

Há aqui uma questão que, a meu ver, não está suficientemente clara. De facto, nós percebemos o sigilo das fontes e não podemos obrigar um Diretor de Informação a divulgá-las, mas esse sigilo e esse direito de proteção da fonte não abrange os jornalistas que fizeram a notícia e, portanto, se aceitamos que o Dr. Sérgio Figueiredo fale em nome dos jornalistas – e temo-lo aceitado até agora – isso quer dizer que também tem de dar toda a informação, não se escudando no argumento de «eu não estava lá, foram os jornalistas e, portanto, eu não conhecia a documentação ou não conhecia as fontes...», porque se o argumento é válido para uma coisa também tem de ser válido para a outra e se não aceitamos que a responsabilidade existe para não divulgar os nomes dos jornalistas, então ela tem de existir, também, para conhecer os factos todos do processo.

De facto, a documentação e o tipo de fontes que permitiram chegar a estas notícias, bem como os contactos que foram feitos para verificar as notícias, não estão claros neste momento e, por isso, vou terminar com a pergunta que, na minha opinião, ainda não tem resposta, que é a de saber se houve ou não chamadas antes do primeiro rodapé que permitissem confirmar aqueles três pontos da notícia e, se houve, para quem.

Por exemplo, esta carta do Banco de Portugal, e esta é uma tentativa de chegar, mais uma vez, a algum facto, já estava nas mãos da TVI na altura, ou foi só posteriormente que tiveram acesso a ela? Houve documentos que permitiam comprovar estas três coisas que estão escritas e que não estão ainda no espólio da Comissão de Inquérito?

Penso que nada disto viola, de forma nenhuma, o dever de sigilo das fontes, mas permite-nos ter uma ideia aproximada de como é que o processo de construção de notícia ocorreu, porque, até agora, o que nós conseguimos concluir é que o processo de construção de notícia foi todo feito em direto, para as pessoas acompanharem em direto, e essa não me parece que essa seja a forma mais correta de construir uma notícia.

Portanto, o que há antes de a notícia ser construída, de ser posta em direto, que nos permita dizer: «Bom, mas houve uma confirmação, houve um telefonema, houve um documento...»? Faço esse apelo para que, mais uma vez, nos pudesse, de alguma forma, dar mais pormenores sobre estes telefonemas, este contraditório, estas confirmações, esta documentação, estas fontes.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — A dificuldade que tenho em responder a esse repto é a que ficou patente, há pouco, no exercício que o Deputado Miguel Tiago, no princípio, começou e em que me estava a tentar encaminhar para uma fonte e há várias formas de o fazer.

Considero que, para além das informações que dei, que foram algumas, sobre o processo de construção da notícia, estar a revelar o nome ou os nomes dos jornalistas que estão na sua origem não me permite salvaguardar não o processo de construção da notícia mas a forma de chegar à fonte, porque, como disse há pouco e de uma forma caricatural, se eu disser que foi um editor de desporto, se calhar, aponta para um sítio diferente do que se lhe disser que foi um jornalista de economia ou de política.

O que sei e que lhe posso dizer, com as questões todas que já falámos aqui e que acho que não quer voltar a insistir, é que no momento em que a notícia é dada, mesmo na sua primeira forma, com imprecisões e incompleta, havia, evidentemente, um processo de recolha de informação que nos permitiu concluir que aquela informação era sólida.

Sobre se eu tinha esta carta ou outra, esse é um caminho que não vou seguir, se ela me chegou antes, se chegou no próprio dia ou na noite ou no dia em que ela saiu da mesa do Sr. Governador, se é que foi lá que ele a escreveu, esse é um exercício que, infelizmente, não vou poder aceitar, porque é contraditório com aquilo que eu lhe disse desde o início, que é o meu dever de proteção de fontes e da forma como os meus jornalistas obtiveram esta e toda a outra informação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Só me esqueci de lhe fazer uma pergunta que tinha aqui e que é a seguinte: foi contactado por alguém de fora da Redação na sequência ou no processo de construção desta notícia? Obviamente que quero perguntar pela administração, mas também por outras entidades que o possam ter contactado sobre a questão do BANIF em particular, quer nos momentos antes de sair o rodapé, quer no processo de construção da notícia.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Por alguém, como? Se falei com alguém pessoalmente?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pergunto se o contactaram, não para me confirmar pontos. O que lhe estou a perguntar é se a administração entrou em contacto consigo por causa da notícia do BANIF? Se algum desenvolvimento...

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Está a falar de agentes externos à notícia?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Estou a perguntar indiscriminadamente, porque quanto mais eu afunilo a minha questão menos respostas consigo apanhar.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Muito concretamente, nessa noite eu estava a viver circunstâncias da minha vida particular que me impediam até de fazer telefonemas – e não interessa agora porquê – troquei mensagens por telefone a partir de certa hora com o Dr. Jorge Tomé e com as pessoas que estavam dentro e fora Redação. Essa era a única forma possível que eu tinha de as contactar, o que fiz profusamente.

O que lhe garanto é que nem nesse dia, nem no dia posterior, e, muito menos antes, houve qualquer intromissão do que está a sugerir da administração, que eu imagino que esteja a falar da administração da empresa, da TVI?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Também.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, não! Nem antes, nem durante, e depois foi só quando se percebeu que havia ameaças de processo judicial contra a empresa, o que podia pôr em causa as próprias contas da empresa, como sabe. Mas esse já é um assunto corporativo.

Mas, do ponto de vista editorial e da relevância ou não relevância daqueles conteúdos, a administração da TVI e da Media Capital foi absolutamente alheia a tudo o que aconteceu naquela Redação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, faz favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Dr. Sérgio Figueiredo, a primeira pergunta é sobre uma dúvida que me surgiu no final das questões colocadas pela Sr.^a Deputada Mariana Mortágua e que tem a ver com a carta de dia 12 de dezembro.

Tenho ideia de que o Sr. Doutor já disse nesta audição que a carta estava na posse da Redação antes de a notícia sair. Agora, disse que não podia dizer... Fiquei na dúvida: a carta estava ou não estava? Pode dizer ou não pode dizer?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sei que a carta estava e que foi um elemento, mas também disse que não era a única.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É um facto.

O Sr. Doutor, na segunda ronda –, penso que ficou mais claro, provavelmente também o tentou transmitir na primeira, mas, às vezes, as coisas ficam mais claras na segunda ronda – disse que admitia o erro e, normalmente, os erros têm consequência.

Pergunto: quais foram as consequências que o Diretor de Informação e que a Redação tirou do erro que diz assumir?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não sei o que quer saber exatamente. Se me demiti? Não, estou cá. Não me demiti. A minha presença aqui é autoexplicativa. Se demiti alguém? Não demiti ninguém, nem aceitei demissões, porque a pressão foi de tal forma que houve pessoas que se sentiram com vontade de «dar o corpo às balas» e de assumir uma responsabilidade por algo que, se quer que lhe diga, à medida que o tempo foi passando e dos factos que esta própria Comissão foi apurando, mais confirmou que nós não fizemos mais do que a nossa obrigação.

Portanto, teria sido um erro tremendo eu sacrificar quem quer que fosse que estivesse neste processo e, muito menos, estar eu a sacrificar-me por uma coisa de que, na minha opinião, não tenho motivos nenhuns para me envergonhar.

Considero e sou sensível mesmo para com as pessoas de quem o Deputado Eurico Brilhante Dias falou que aqui estiveram e compreendo até as razões do desespero dessas pessoas e da sua revolta. A única coisa que lamento é que acho que erraram no alvo, que não é a TVI que devem processar, porque não foi a TVI que lhes fez mal. Aí, se calhar, temos divergências insanáveis, mas são divergências que não me parece que me obriguem a tirar consequências com esse dramatismo que está a colocar, porque nem sequer consigo imaginar que tipo de sugestões lhe passam pela cabeça. Eu não tenho, deve ser por falta de imaginação. Não há qualquer questão de consciência. Com todas as dificuldades que já partilhámos aqui, ao longo destas últimas horas, no essencial, eu não me arrependo daquilo que a TVI fez. Se é um sinal de arrependimento que me está a pedir, lamento, mas não lho posso dar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Devo dizer-lhe que não percebo minimamente os termos da resposta que me dá. Não pus nenhum dramatismo na questão, não tinha nada a ver com questões pessoais. O Sr. Doutor disse que não conseguia imaginar o que eu imaginava... Eu não estava a imaginar coisa nenhuma. A pergunta era muito simples: normalmente quem dirige uma organização e assume um erro toma providências para o corrigir e para o evitar no futuro e isso tem muito mais a ver com procedimentos do que com pessoas, foi o que lhe perguntei.

Não sei o que imagina sobre a minha mente, mas será algo mais perverso. Lamento desiludi-lo, é muito mais simples do que a perversidade que consegue imaginar.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não há perversidade nenhuma. Nós estamos a corrigir procedimentos todos os dias. Eu gostava um dia mesmo... Está a passar no ar um jornal, neste momento, e eu não faço a mínima ideia do que está em antena. A velocidade da informação numa televisão torna impossível, em dias como hoje,... E eu tenho vários dias destes, mas que felizmente não são iguais a este, porque isto não é propriamente um passeio, não é propriamente uma tarde que passe com prazer... Eu estou aqui com todo o gosto a cumprir uma obrigação, mas não é porque quero e isso é uma consequência concreta...

Sobre afinção de processos? Claro! Decorrentes dessa informação ou de outras? Evidentemente! Mas esse é o nosso pão do dia-a-dia, independentemente do nível e da carga mais dramática ou menos dramática que as notícias tenham, mas é minha obrigação e de todos os profissionais – e julgo que não é só da TVI – melhorarem todos os dias.

Sabe que, já agora, permita-me que lhe diga, as redações também não são propriamente um sítio de engenheiros e de processos; há grandes problemas de organização, que têm a ver com as características das pessoas, dos ritmos e dos *workflows*.

Mas eu tenho essa preocupação e há uma de que não podemos abdicar, a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua já insistiu várias vezes, que é a de cumprir com o que são as regras do nosso Código Deontológico e com o Estatuto do Jornalista, que é o que nos protege, mas que, ao mesmo tempo, é o que nos responsabiliza e que, no limite, nos penaliza. Nesta terceira componente não me parece que seja aquilo que se aplica, no caso, aos profissionais da informação da TVI.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas também não foi isso que eu disse e não falei nunca dos profissionais nem personalizei a questão,

pelo que não vale a pena personalizar na resposta aquilo que eu não personalizei na pergunta.

Numa outra afirmação que fez nas respostas a esta segunda ronda, a certa altura, disse que negligência não significa desleixo. Então, significa o quê?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Eu não trouxe o dicionário, mas o que eu quis dizer – e não queria fazer uma discussão semântica com o Sr. Deputado, pelo menos, não me parece que seja útil...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nem eu quero contra-argumentar! O que preciso é de saber!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — O que eu quis dizer – e pode usar, depois, a palavra que quiser – quando falei em negligência, pelo que interpretei de algumas intervenções, era no sentido de que a TVI não tentou e não fez aquilo que devia ter feito, mas que fez, quando se apercebeu de que havia coisas que estavam com falta de rigor e de exatidão e que foi corrigir no momento.

Aliás, apercebendo-se de que havia uma dimensão económica, um dia depois, devido a algo que tinha noticiado e para não insuflar o pânico, a TVI foi buscar a informação e a visão de quem não tinha o nosso ponto de vista – a Sr.^a ex-Ministra das Finanças teve essa possibilidade. Portanto, do ponto de vista da informação da TVI, nós fizemos o que é suposto qualquer Redação fazer que é ir acrescentando, atualizando e dando a informação mais afinada, mais rigorosa e mais factual que tem.

Portanto, não nos limitámos, como disse, num domingo à noite, a lançar três ideias e deixar a coisa correr até ver quais eram as consequências da questão. Trabalhámos assim, aliás, trabalhamos assim todos os dias.

Aquela era uma notícia especial, por isso, também nesse domingo, como digo, foram mobilizadas pessoas, como normalmente são em momentos de acontecimentos extraordinários... Normalmente isso costuma acontecer quando há um atentado terrorista a desoras.

Lamento não ter conseguido estar nesse dia, isto porque sou um diretor que, normalmente, gosta de estar nos acontecimentos e à frente da tripulação nesses dias, mas nessa noite, por circunstâncias que me escapam e que eram inadiáveis, não pude dar esse meu contributo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas tratava-se de matéria informativa ou de matéria de opinião? Isto porque disse agora: ouvimos quem não tinha o nosso ponto de vista, designadamente a Ministra das Finanças. Qual era o ponto de vista da TVI?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — O ponto de vista da TVI era diferente daquele que a Ministra das Finanças foi lá colocar, ou seja, a Ministra das Finanças foi ao nosso jornal culpar a TVI pelo que tinha acontecido.

A Sr.^a Ministra, foi lá – e demos-lhe espaço para isso – dizer que ela não tinha feito nada que conduzisse àquela situação, que não se revia, em termos de responsabilidade política, no desfecho do Banco e que aquilo aconteceu, pura e simplesmente, porque a notícia da TVI desencadeou uma série de acontecimentos.

Ora, esse não é o nosso ponto de vista, mas demos espaço na nossa antena para ela poder dizer isso. E ela disse isso e, se for caso disso, faço chegar uma cópia da intervenção que a Sr.^a Ministra fez que, como deve convir, não é, propriamente, um ato nem censório nem fechado do editorial da TVI.

Portanto, nesse aspeto, divergimos completamente: eu acho que ela teve responsabilidades. Aliás, ela própria reconheceu aqui que teve

participação direta na tentativa de solução de uma coisa que não solucionou, ponto final parágrafo. E isso é factual, não é uma opinião.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, o ponto de vista que foi expresso ao longo da intervenção, pelo menos o seu, não sei se é também o da TVI, é o de que a culpa do BANIF é do anterior Governo. Pode dizê-lo com todas as letras. Quer dizer, é mais transparente assim. Eu, pelo menos, costumo fazer as coisas assim: ser transparente e dizer logo.

O Sr. Doutor, já disse, nas entrelinhas, várias vezes: quem teve três anos para... Não fomos nós num dia... Quem teve três anos e não fez... Diga que acha que foi o Governo anterior! Não tem problema nenhum! É a sua opinião e tem direito a tê-la. Eu não acho que venha, com isso, nenhum mal ao mundo. Houve quem já cá tenha vindo com essa opinião e houve quem já cá tenha vindo com a opinião contrária.

Fica registado que o Diretor de Informação da TVI se enquadra, nos termos desta Comissão de Inquérito, entre as personalidades que acham que a culpa foi do Governo anterior. Pronto, é transparente, penso eu!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sr. Deputado, desculpe, mas eu agora vou ter de lhe falar noutra tom, porque nunca precisei que ninguém metesse nas minhas palavras aquilo que eu tenho para dizer. Nunca! Nem por escrito, nem dito... Nunca! Nunca precisei! Tenho muitos defeitos, mas esse garanto-lhe que não tenho. E se alguns dissabores tive na vida foi por dizer até mais do que, normalmente, se diz, porque eu não me escondo. Portanto, não ponha na minha boca palavras que eu não lhe pedi. Não lhe pedi! Não lhe pedi, nem admito.

Deixe-me dizer-lhe uma coisa: a minha matriz de avaliação do BANIF e do que quer que seja, não é sua, não é de Governos. Para mim, há Estado! Se você vê as coisas na ótica de oposição e Governo...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eu não o tratei por você em nenhum momento.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, não. Mas foi o que disse! Foi o que disse.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não disse «você». Há regras!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não me ouviu culpar Governos... Não, não ouviu. Eu não disse... Como?

O Sr. **Presidente**: — O tratamento por «você» não é adequado.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Ah, peço desculpa, Sr. Deputado.

Recuso-me a ir por aí, porque não é esse o meu campeonato. Não é essa sequer a minha preocupação. Não é!

Portanto, não estou a culpar Governos nem oposições; não estou! Estou a dizer que factualmente o Estado, a determinada altura, adquiriu 60% de capital de um Banco e que isso lhe confere um papel e que o Estado, seja quem for que o represente, não esteve à altura.

Eu até já proferi em público declarações bastante mais assertivas, para não dizer violentas, relativamente às pessoas que o Estado colocou na administração do Banco e que tinham uma função direta, uma responsabilidade direta, do que ao responsável político.

Portanto, a minha matriz de avaliação não é a sua e deve compreender porquê: porque eu não tenho um partido e você tem!... Desculpe! O Sr. Deputado tem! Peço desculpa, não é por falta de respeito é porque já devo

estar cansado...! Mas, como digo, não posso, nem sequer permito que tente fazer esse exercício comigo, porque pode acusar-me de tudo, mas de falta de frontalidade, de dizer aquilo que quero dizer e de não me esconder atrás das palavras, quanto a isso eu tenho 20 anos de opinião publicada que falam por si.

Portanto, não me revejo nessa sua última observação e por isso é que tenho de reagir desta forma.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois, há de ser por alguma razão que reagiu dessa forma, mas não será certamente por isto...

Aliás, nem é legítimo que diga que tem outra matriz e imputar isso ao facto de as pessoas terem partido e serem, a partir daí, completamente desprovidas de qualquer sentido de análise de qualquer questão. Isso, sim, é atribuir a qualquer um de nós, que aqui estamos, algo que é completamente abusivo. É que senão eu faria como o Sr. Doutor já tem feito várias vezes, ou seja, poderia enviar-lhe repetidas notícias do órgão de comunicação que agora dirige, da TVI, de inúmeras intervenções que eu fiz, numa altura em que o meu partido era Governo, discordando da condução da política por parte de quem, no Ministério das Finanças, tinha essa responsabilidade.

Portanto, veja lá esta coisa extraordinária, que é possível nós sermos de partidos políticos e criticarmos os responsáveis políticos dos nossos próprios Governos! É uma coisa extraordinária, mas acontece! Ou seja, a nossa grelha e a nossa capacidade de assumir, se calhar, não está assim tão diferente.

Eu não disse qual era a opinião e se o Sr. Doutor estiver com atenção às inquirições, verá que não fiz perguntas ao atual Ministro diferentes das que fiz à Ministra anterior, verá que não disse ao atual Ministro que tinha a culpa e à Ministra anterior que não tinha...

Portanto, isso comigo também não cola, Sr. Doutor. Não vale a pena!

O que lhe perguntei foi, concretamente, aquilo que acabou por dizer: acha, e isso é normal. Tem todo o direito de achar! Mas não pode é ficar refugiado na posição de que só analisa factos e que, portanto, a sua verdade tem de ser a verdade absoluta. Tenha, pelo menos, o mínimo de condescendência de perceber que há outras pessoas, que aqui vieram à Comissão, que, com as mesmas verdades, tiram conclusões diferentes. Não me estou a pôr sequer no meio da discussão, porque aqui compete-me avaliar, mas há pessoas que perante os mesmos factos tiram conclusões diferentes.

Mas queria colocar-lhe uma questão muito concreta, que é a seguinte: o Sr. Doutor, durante as explicações que foi dando para a evolução da notícia, concretamente a questão dos depositantes, justificou, várias vezes, a questão dos depositantes com aquilo que, depois, veio a ser dito pelo Sr. Primeiro-Ministro no dia seguinte, dizendo que se tratava de uma decisão política, aconteceu, e foi comunicada pelo Primeiro-Ministro.

Acontece que não foi só no dia seguinte que a notícia da TVI evoluiu; a notícia da TVI evoluiu numa hora, uma vez que a notícia das 22 horas e 18 minutos de que «vai haver perdas para acionistas e depositantes acima de 100 000 euros» evoluiu até à notícia das 23 horas e 6 minutos onde se diz «depositantes salvaguardados mesmo acima de 100 000 euros» – aliás, este é o único caso em que há uma contradição total, em menos de uma hora.

Depois, temos a declaração do Sr. Primeiro-Ministro no dia seguinte.

O que lhe pergunto é: alguém da Redação da TVI ou o Sr. Doutor falaram com o Primeiro-Ministro nessa noite?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sr. Deputado, como o ex-presidente do seu partido bem sabe, porque foi jornalista, não vou responder-lhe a essa questão.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não tem a ver com fontes!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Tem a ver com fontes, tem. Está a perguntar-me se alguém falou com o Sr. Primeiro-Ministro...!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Primeiro-Ministro é o Primeiro-Ministro!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Mas porquê? O Primeiro-Ministro não pode ser uma fonte?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Cada um interpreta os cargos como quiser!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — O Primeiro-Ministro não pode ser uma fonte? Não é?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Acho que a posição que um Primeiro-Ministro tem na hierarquia de Estado, a dignidade que tem, não lhe confere propriamente a função de ser fonte; quando tem alguma coisa para dizer, di-lo e de preferência di-lo a toda a gente. Não planta notícias, espero eu...!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Mas só tem essa opinião agora, ou já a formou há muito tempo?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eu formei-a sempre e tenho em relação a qualquer Primeiro-Ministro...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não vamos discutir este assunto. Creio que não vale a pena continuar este diálogo, porque está para lá do objeto do nosso inquérito.

O Dr. Sérgio Figueiredo já concluiu?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — A resposta é que não entendo, porque não se aplica... Esta máxima aplica-se a várias figuras do Estado, Vice-Primeiro-Ministros, Ministros, Deputados da Nação... Portanto, é um silogismo...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se algum dia falar comigo, fica já a saber que pode dizer a toda a gente...

O Sr. **Presidente**: — Para concluir esta ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito obrigado Sr. Presidente.

Dr. Sérgio Figueiredo, já percebemos que veio aqui numa postura de não querer falar, de não querer dizer nada sobre, principalmente, as questões que podem, de facto, ajudar esta Comissão a chegar a alguma conclusão sobre a forma como foi construída a notícia, mas, por termos este tempo disponível, julgo que tenho a obrigação de voltar a fazer algumas perguntas e de fazer algumas novas.

A notícia das 22 horas e 18 minutos foi confirmada junto de alguma fonte oficial? Isto é, foi confirmada nos seus termos? Quando tiveram acesso a uma determinada informação, confirmaram-na junto de alguma das partes envolvidas, antes da sua transmissão?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não consigo perceber como é que qualquer linha aqui escrita pudesse ter sido emitida no ar sem haver fontes informadas sobre o assunto. Não consigo conceber! Não consigo!

Portanto, isto não é o «diz que disse», não é? A partir do momento que colocamos isto em antena, a notícia não é da fonte: a notícia é da TVI. Como tal, imagino que dentro da regra que lhe falei, que é a da base de confiança de uma equipa que produz informação todos os dias e que a produz de forma a que – vou ter de dizer outra vez – que é reconhecida pela maioria dos portugueses, não se pode dar ao luxo, correr o risco e de pisar a mina de estar a avançar com uma informação destas sem ter a certeza de que quem lhe está a passar a informação sabe do que está a falar.

Tal como, e também aqui lhe disse várias vezes, a proveniência desta informação não foi de uma única origem nem de uma única materialidade, o que explica as incongruências, as coisas incompletas e, até, as coisas mal interpretadas que nós demos na primeira versão. Tão simplesmente isso!

Julgo que respondi à sua questão, portanto, quando...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Respondeu dizendo que confiou o suficiente na fonte e a história veio a demonstrar que a fonte não tinha uma informação precisa, nem atualizada e que a sua confiança nessa fonte teve custos muito elevados, quer para o Estado português, quer para um conjunto de pessoas que se relacionavam diretamente com o BANIF.

Portanto, é nesse sentido que é importante clarificar que foi o seu livre arbítrio que decidiu que aquela fonte era fiável, mas hoje tem provas de que não era.

Queria ainda perguntar-lhe sobre as sucessivas correções da notícia: por que é que não há uma nota de que estão a proceder a uma correção? Isto é, a notícia vai sofrendo uma mutação ao longo dos minutos, mas não são capazes de dizer às pessoas que estão a lê-la que se trata de uma correção de

uma notícia anterior. Porquê? Que opção foi essa de não explicar que anteriormente haviam noticiado da forma *x*, mas, afinal, a realidade era *y*?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Nós temos desde as 22 horas e 26 minutos até ao fim, até à meia noite, o alerta de que esta é uma notícia que vai ser desenvolvida e analisada na TVI24 à meia-noite. Esse alerta foi colocado 8 minutos a seguir ao rodapé estar atualizado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mantenho a pergunta nos exatos termos em que a fiz.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não é uma coisa que seja aplicável a este caso, mas, em regra e na prática – julgo que posso dizer isso, mas não estou na televisão assim há tantos anos –, a mecânica das coisas que se colocam em última hora não é no sentido que está a dizer. Normalmente, a função da última hora é ir colocando a informação de última hora, mesmo que ela esteja em contradição, ou que acrescente, ou que precise o que tinha sido passado anteriormente.

Portanto, o registo de última hora não é propriamente o de estar a corrigir o que foi publicado – e isso acontece em várias notícias. Se me pergunta se isso deveria ter sido feito, respondo que sim. Atendendo a este caso em concreto e àquilo que eu já disse, de que até justificava uma interrupção da emissão para se fazer um especial, podia-se ter feito um alerta de que aquilo que estava a ser dado era algo que não coincidia exatamente com a informação que tinha sido avançada anteriormente.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pois, se ponderava fazer uma interrupção para um especial, até era bem mais fácil fazer uma pequena nota sobre a necessidade de corrigir, para que ficasse claro que era uma correção

de uma notícia que tinha sido inicialmente veiculada às 22 horas e 18 minutos. Isto era o mínimo!

Também gostava de perguntar-lhe o que é que sucede exatamente entre as 22 horas e 26 minutos e as 22 horas e 36 minutos. Há uma alteração muito sensível na informação veiculada. Qual é o contacto que é dirigido ou que informação a TVI recebe para fazer esta alteração?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Entre que horas, desculpe?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Entre as 22 horas e 26 minutos e as 22 horas e 36 minutos, ou, melhor, e as 22 horas e 35 minutos.

É que, repare, disse-nos, há pouco, que a questão dos 100 000 euros tinha sido uma questão de interpretação. Portanto, olharam para a lei e acharam: «Neste cenário, se o Banco for resolvido, os depósitos acima de 100 000 euros não estão salvaguardados». E eu pergunto-lhe: se 10 minutos depois acharam o contrário. Por que é que mudaram a interpretação? Foram ler melhor?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, não. Presumo que chegou à Redação informação no sentido de dizer que aquilo que estava a ser afirmado não ia acontecer.

Se reparar, às 22 horas e 35 minutos, de facto, retira-se a referência aos depositantes e fica só a referência aos acionistas, mantém-se assim até às 22 horas e 48 minutos, hora a partir da qual afirmamos o oposto, ou seja, que os depositantes estão todos salvaguardados, mesmo com depósitos acima dos 100 000 euros.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não. É a partir das 22 horas e 36 minutos.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Exato, peço desculpa. É a partir das 22 horas e 36 minutos.

Isso resulta do tal processo que descrevi aqui, de recolha de informação e de reforço do trabalho que estava a ser feito pela Redação àquela hora.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, é lícito dizer que, se esse contacto tivesse sido feito antes, teriam conseguido divulgar uma notícia que, neste item, não carecia de correção.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Sim, tal como no da Caixa Geral de Depósitos, se tivéssemos tido acesso ao *e-mail*...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não, esse nunca foi corrigido, porque, mesmo às 23 horas e 6 minutos, ainda diz que está em estudo e já não estava.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Estava em estudo, porque nós, mesmo nesta altura, não tínhamos...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Esse é falso, desde o princípio até ao fim do *ticker*.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Volto a dizer que não é falso. O Sr. Deputado diz que é falso. Eu disse que era a informação que tínhamos à data e comprovada. Estava desatualizada; o que é um pouco diferente de ser falsa.

Uma coisa é publicarmos um facto que não existe; outra coisa é estar a notícia...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não considera, enquanto Diretor de Informação, que está obrigado, ainda que deontologicamente, a confirmar a atualidade de uma notícia? Ou se eu lhe fizer chegar uma coisa de há 10 anos, publica-a como se fosse um facto?

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Mas não era de há 10 anos! Estamos a falar de...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tem obrigação de confirmar! E, no caso do sistema financeiro, uma coisa de há 10 dias é quase de há um ano.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não era de há 10 dias era de há cinco dias.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — De há cinco dias correspondia à data de uma carta a que nunca deveria ter tido acesso.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não, não. Estou a falar do *e-mail* da Sr.^a Diretora-Geral, que é de dia 8.

Não sei de que carta é que está a falar...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *E-mail* esse a que o Diretor de Informação da TVI nem devia ter acesso!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Mas essa é a sua opinião. E este é o meu trabalho...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É a minha opinião! Se as instituições funcionassem como devia ser, não devia ter acesso – é tão simples quanto isto. Atenção, não estou a dizer que o problema seja seu!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Claro!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O problema é de quem escreve cartas e recebe cartas e as manda para a comunicação social e, depois, tem o descaramento de vir dizer que é preciso salvaguardar a estabilidade do sistema financeiro.

Alguém, quem produziu esta carta e quem a recebeu, diz às pessoas que não se pode falar do sistema financeiro, porque – ai, ai, ai! – é preciso salvaguardar a estabilidade do sistema financeiro e, depois, manda-as para a TVI. Alguém mandou...!

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não sei de quem é que está a falar.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não sabe de quem estou a falar?! O senhor é o único que sabe de quem estou a falar!

Risos.

Ou melhor, não é o único. E gostava de questioná-lo também sobre isso.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Não sei por que é que se riem, nem por que é que afirmou isso... É que eu já disse que não estou na origem da informação. Portanto, é bom esclarecer que eu não sei.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Dr. Sérgio Figueiredo, julgo que está muito claro que não está na origem da informação...

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — O Sr. Deputado diz que sou o único que sei e eu estou a dizer que não! Estou a responder.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É por isso mesmo que, agora, vou fazer-lhe algumas outras perguntas.

É que já todos ouvimos falar de proteção da fonte e da fonte anónima, mas jornalista anónimo confesso que é um pouco mais estranho. E, neste caso, é o jornalista anónimo, isto é, alguém – e nós nem sabemos quem – telefona para o diretor de informação da TVI, pede autorização para divulgar uma determinada notícia, não sabemos que esforço é que o diretor de informação faz para confirmar a veracidade dessa notícia e a sua fiabilidade, mas, enfim, decide publicá-la, decide que ela deve ser dada a conhecer ao público, com a informação que tem na altura, que não nos diz qual é, e essa pessoa não assume qualquer responsabilidade. Muito bem, a lei não obriga. O Código Deontológico do Jornalista obriga a assinar os artigos ou, melhor, diz que é dever do jornalista assinar os seus artigos e assumir a responsabilidade por todas as peças e trabalhos que realize.

A lei diz que o diretor de informação ou o coordenador de secção é responsável pelas peças não assinadas. Portanto, neste caso, aceitamos a responsabilidade de quem está presente.

A questão é esta: a responsabilidade implica informação, porque, caso contrário, o senhor é só um tampão, é só um biombo e é só um obstáculo à obtenção da informação. Não é responsabilizável coisa nenhuma, porque não assume nenhuma responsabilidade. Na verdade, está apenas a obstaculizar a que esta Comissão de Inquérito aceda à informação.

Portanto, se quer ser o responsável, não há qualquer problema com isso, porque a lei o permite, mas tem de trazer a informação que está à sua responsabilidade.

É que ser responsável para dizer «eu sou responsável para não dizer nada», então, na verdade, na minha opinião, está apenas a funcionar como um obstáculo, essa é uma opção sua e, evidentemente, a Comissão de Inquérito terá de lidar com isso das formas que a lei prevê.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Mas exatamente o que é que está a pedir-me para trazer? Qual é a informação que estou a sonegar? Qual é o tipo de...?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Quem assina a peça? Quem é que lhe pede autorização para divulgar a peça? Quem é que lhe dá a informação na TVI? Quem é que lhe deu a informação? Quem é que lhe pediu autorização para divulgar? Quem é que lhe foi dito que tinha sido auscultado ou, pelo menos, o jornalista que constrói a peça e lhe pede autorização para publicar?

Isso é muito importante! A não ser que nos diga: «Olhe, isso não é necessário, porque eu estou aqui e assumo a responsabilidade pelos diversos contactos que foram feitos e por tudo o que foi feito». Mas, então, tem de nos dizer o que foi feito. É que, caso contrário, só nos está a dizer que não nos diz quem é que tem a informação. É isso que nos está a dizer. Está a dizer-nos: «Eu não digo quem tem a informação».

E esta Comissão de Inquérito não consegue saber como, junto da pessoa que tem a informação, obtê-la.

O Sr. Dr. **Sérgio Figueiredo**: — Foi exatamente isso que eu disse, ou seja, eu assumo a responsabilidade. E também lhe disse que revelar o nome do jornalista ou dos jornalistas pode conduzir à identificação das fontes ou

da fonte. E, pela mesma razão que não revelo as fontes, não revelo o nome dos jornalistas que estiveram na origem da notícia. É exatamente a mesma razão, num caso e no outro.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Isso não é assumir responsabilidade nenhuma.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não havendo mais nenhuma questão a colocar, estamos em condições de encerrar esta audição.

Agradeço ao Dr. Sérgio Figueiredo e às Sr.^{as} e aos Srs. Jornalistas que o acompanharam a vossa participação nesta Comissão de Inquérito.

Lembro aos Srs. Deputados que a próxima audição, do Sr. Jornalista António Costa, realizar-se-á na próxima terça-feira, às 10 horas e 30 minutos, reunião essa que será presidida por um dos Srs. Vice-Presidentes.

Está encerrada a reunião.

Eram 21 horas e 52 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.